



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Orçamento Geral do Estado

2011

Panorama Orçamental

Livro 1

“Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”

ÍNDICE

PARTE 1. DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO	3
PARTE 2. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
PARTE 3. PANORAMA ECONÓMICO	9
1. Economia Internacional	9
Economias Avançadas	10
Ásia	10
Países Emergentes e em Vias de Desenvolvimento	11
Preços Mundiais	12
2. Economia Doméstica	13
PIB Não-Petrolífero	13
Despesas Governamentais	14
Receitas Domésticas	16
Receitas Petrolíferas	17
Inflação	19
Emprego	21
Pobreza e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)	22
Perspectivas a Médio Prazo (2011-2015)	23
PARTE 4. DESPESA	26
1. Introdução	26
2. Análises da despesa	27
3. Principais iniciativas propostas para 2011	27
Despesas do CFTL	28
Salários e Vencimentos	29
Bens e Serviços	29
Transferências Públicas	30
Capital Menor	31
Capital e Desenvolvimento do CFTL	31
Fundos das Infra-estruturas	32
Despesas de Desenvolvimento para Capital Humano	33
Parceiros de Desenvolvimento	33
PARTE 5. RECEITAS	35
1. Introdução	35
2. Receitas Domésticas	35
Impostos	36
Taxas de Utilização e Pagamentos	36
Vendas de Arroz e Juros	37
Instituições Autónomas	38
Receitas Petrolíferas	38
Retorno de Investimentos	41

ESBOÇO

Fundo Petrolífero	42
Cálculo da Riqueza Petrolífera e do RSE	43
<i>Alteração da Metodologia</i>	44
<i>Alterações no RSE entre 2010 e 2011</i>	45
<i>Preços do Petróleo</i>	45
<i>Diferenciais de preços líquidos</i>	46
<i>Produção</i>	46
<i>Preços do GNL</i>	46
<i>Levantamentos a partir do Fundo Petrolífero</i>	46
<i>Kitan</i>	46
<i>Taxa de desconto</i>	47
Análise de sensibilidade	47
Parceiros de Desenvolvimento	48
 PARTE 6. FINANCIAMENTO	 49
 ANEXO 1- CÁLCULO DO RENDIMENTO SUSTENTÁVEL ESTIMADO PARA 2011	 52
 ANEXO 2 – LEI DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2011	 58
 ANEXO 3 – TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO	 59
 ANEXO 4 – RELATÓRIO DA DELOITTE	 60

ESBOÇO

PARTE 1. DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO

PARTE 2. SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Panorama do Orçamento

O Orçamento de Fontes Combinadas em Timor-Leste no ano de 2011 é de 1,18 mil milhões de dólares, englobando o Orçamento Geral do Estado com 985 milhões de dólares e as contribuições dos Parceiros de Desenvolvimento com 195 milhões de dólares, conforme se pode ver na Tabela 2.1.

Tabela 2.1. Orçamento de Fontes Combinadas, 2011 a 2015 (milhões de dólares, preliminar)

Orçamento	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CFTL	837,9	642,7	653,4	679,6	706,7	734,9
Fundo de Infra-estruturas	-	317,3	597	620,9	645,8	671,6
FDCH	-	25,0	30	35	40	45
Orçamento Geral do Estado	837,9	985,0	1.280,4	1.335,5	1.392,5	1.451,5
Parceiros de Desenvolvimento	256,8	195,0	112,7	75,2	32,7	0
Orçamento de Fontes Combinadas	1.094,7	1.180,0	1.393,1	1.410,7	1.425,2	1.451,5

Fonte: Direcção do Orçamento e Direcção de Eficácia da Ajuda, Ministério das Finanças, 2010

A Tabela 2.2 mostra o Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFTL) por categorias de despesa divididas entre despesas recorrentes e despesas de capital.

Tabela 2.2. CFTL por Categoria, 2011 a 2015 (milhões de dólares, preliminar)

Orçamento	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Recorrente						
Salários e Vencimentos	99,3	115,9	120,6	125,4	130,4	135,6
Bens e Serviços	260,6	245,5	255,3	265,5	276,1	287,1
Transferências Públicas	184,4	164,5	171,0	177,9	184,9	192,4
Capital						
Capital Menor	39,9	28,2	29,3	30,6	31,8	33,0
Capital de Desenvolvimento	253,7	88,6	77,2	80,2	83,5	86,8
CFTL	837,9	642,7	653,4	679,6	706,7	734,9

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.

2. Economia

A economia internacional começou a recuperar da crise financeira que atirou algumas das economias mais avançadas para a recessão e que teve um impacto adverso na maioria dos países emergentes e em vias de desenvolvimento. Timor-Leste esteve relativamente abrigado da crise e o seu crescimento económico continuou forte durante a mesma, em resultado da sua exposição limitada ao comércio internacional e à ausência de indústria financeira. O crescimento económico real global em Timor-Leste em 2009 está estimado em 13%, com o Sector Público a contribuir 5,6% para este crescimento, a Agricultura a contribuir 3,9% e a Indústria e Serviços a contribuírem com os restantes 3,5%. De futuro, prevê-se que a economia continue a sua trajectória de dois algarismos de 2011 a 2015, impulsionada sobretudo pelas despesas públicas.

Desde a crise financeira de 2008 os preços do petróleo subiram e estabilizaram por volta dos 70 a 80 dólares por barril. A procura pelo petróleo aumentou na primeira metade de 2010, em particular na China, motivada por uma recuperação na actividade global. As receitas petrolíferas de Timor-Leste em 2009, incluindo juros, foram de 1,84 mil milhões de dólares. Estima-se que as receitas petrolíferas cheguem aos 2,02 mil milhões de dólares em 2010, devido sobretudo a um aumento no preço médio do petróleo de 62 dólares por barril em 2009 para uma estimativa média de 76 dólares por barril em 2010.

A inflação geral anual em 2009 foi 0,1% em Timor-Leste e 0,7% em Díli.¹ Isto representa uma descida nas taxas de inflação a partir de 2007 e 2008. É esperado que os preços mundiais dos alimentos subam em resultado do mau tempo, que provocou colheitas fracas, pelo que se prevê que a inflação aumente para 4%.

3. Despesa

Para 2011 o Governo determinou as seguintes prioridades ao nível das despesas:

- **PN1: Infra-estruturas** (electricidade, estradas e pontes, água e saneamento básico);
- **PN2: Desenvolvimento Rural** com incidência na produtividade agrícola, pecuária, acesso a micro-crédito e protecção ambiental.
- **PN3: Desenvolvimento acelerado dos Recursos Humanos**
 - Formação técnica e profissional;

¹ Direcção Nacional de Estatística (DNE), Ministério das Finanças

ESBOÇO

- Formação de professores, agentes da saúde e justiça;
- Formação especializada nas áreas de gestão, finanças e administração.
- **PN4: Acesso à justiça**
- **PN5: Prestação de serviços ao público**
 - Áreas de saúde, educação e assistência aos grupos vulneráveis;
 - Incidência na qualidade e acesso generalizado.
- **PN6: Boa Governança**
 - Incidência na transparência, responsabilização, coordenação entre ministérios, satisfação do cliente e formação de inspectores e auditores.
- **PN7: Segurança Pública e Estabilidade**

O Comité de Revisão Orçamental deste ano, liderado pelo Primeiro-Ministro, analisou as submissões orçamentais com base numa avaliação cuidadosa dos orçamentos dos anos anteriores e canalizou as poupanças para prioridades nacionais identificadas no processo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN).

A despesa no Orçamento é construída sobre o quadro do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional. O PEDN tem dois objectivos essenciais:

- Passar Timor-Leste de país de baixos rendimentos para país de rendimentos médio-altos até 2030, e
- Reduzir a dependência de Timor-Leste em relação ao petróleo.

O investimento público constituirá um motor importante do crescimento na fase imediata deste plano e será um catalisador para que o investimento privado possa vir a suplantiar as despesas do governo. Serão estabelecidos dois Fundos Especiais, o Fundo das Infra-estruturas (FI) e o Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), para gerir a despesa do PEDN, sob a liderança do Primeiro-Ministro e dos ministros relevantes. Os Ministérios e Instituições implementarão os projectos subordinados aos Fundos Especiais.

O Governo irá criar a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) para prestar assistência técnica à implementação do PEDN. Adicionalmente uma Comissão de Aprovisionamento irá gerir o aprovisionamento.

ESBOÇO

A centralização da tomada de decisões sobre os projectos dos Fundos Especiais garantirá uma melhor coordenação entre ministérios e integração dos mesmos no PEDN.

4. Receitas

Em 2010 é esperado que as receitas atinjam um marco ao ultrapassarem os 100 milhões de dólares, apesar da redução nas receitas provenientes do arroz. As Receitas Domésticas continuarão a sua trajectória de crescimento e atingirão os 163,3 milhões de dólares até 2015. Estas são estimativas conservadoras, sendo que novas reformas reguladoras, uma melhor administração fiscal e um maior cumprimento poderão resultar em receitas adicionais.

Prevê-se que as Receitas Petrolíferas continuem elevadas em 2011 e 2012, devido a uma produção estável e a preços do petróleo superiores ao previsto. As Receitas Petrolíferas estimadas para 2011 e 2012 são respectivamente 2,23 mil milhões de dólares e 2,4 mil milhões de dólares. É esperado que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 6,62 mil milhões de dólares no início de 2011, representando um aumento de 1,24 mil milhões anualmente.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para 2011 está calculado nos 734 milhões de dólares. Isto representa um aumento de 232 milhões em relação ao RSE de 2010, sendo que a diferença resulta sobretudo de uma alteração na metodologia usada para a estimativa do preço do petróleo.

Durante os últimos três anos o Governo implementou a totalidade da sua estratégia de investimento e utilizou plenamente o âmbito da Lei do Fundo Petrolífero. O Fundo Petrolífero investe agora não apenas em títulos do tesouro dos EUA como também em títulos de outros governos estrangeiros e de Organizações Supranacionais. Em Outubro de 2010 acrescentou-se um mandato de acções à carteira de investimentos.

A estratégia do Governo para continuar a diversificar a carteira de investimentos do Fundo Petrolífero irá requerer emendas à Lei do Fundo Petrolífero e a aprovação do Parlamento Nacional. A diversificação manifestará uma maior exposição a acções.

Os parceiros de desenvolvimento irão contribuir com 194,8 milhões em 2011 para o Orçamento de Fontes Combinadas de Timor-Leste. A contribuição dos parceiros de desenvolvimento descera de forma desproporcional a partir de 2010. Esta redução assenta em informações concretas até à data, contudo não reflecte uma ausência de apoio e empenho internacionais no futuro.

5. Financiamento

Para além das fontes tradicionais de financiamento, a médio e longo prazo verificar-se-á um aumento do défice entre o desenvolvimento desejado e os recursos domésticos disponíveis. Consequentemente, o Governo está a explorar fontes de financiamento alternativas para financiar o investimento público estratégico.

A Unidade de Gestão da Dívida (UGD) está a ser estabelecida no Ministério das Finanças para assegurar uma gestão efectiva e eficaz da dívida pública quando esta surgir. O Governo está a avaliar os benefícios dos empréstimos ao invés de depender exclusivamente das receitas do Fundo Petrolífero, incluindo a opção de financiamento através de Parcerias Público Privadas (PPP).

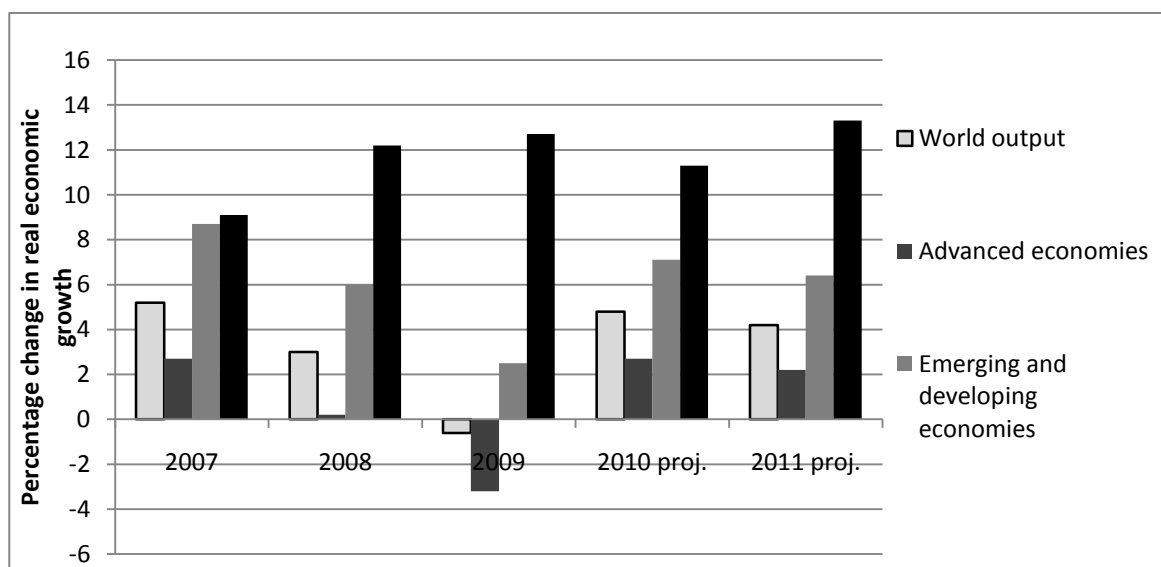
PARTE 3. PANORAMA ECONÓMICO

1. Economia Internacional

A economia internacional começou a recuperar da crise financeira que atirou algumas das economias mais avançadas para a recessão e que teve um impacto adverso na maioria dos países emergentes e em vias de desenvolvimento. Ao longo da primeira metade de 2010 a economia mundial cresceu apenas 5% numa base anual, de acordo com o Panorama Económico Mundial (PEM) do FMI relativo a Outubro de 2010. Espera-se actualmente que a produção global cresça 4,8% em 2010 e 4,1% em 2011 e, segundo a avaliação feita pelo FMI, o risco de uma quebra global forte na actividade económica é reduzido. A *Figura 3.1* mostra a produção mundial entre 2007 e 2011, bem como o impacto da recessão e a recuperação subsequente. Timor-Leste esteve relativamente abrigado da crise e o seu crescimento económico continuou forte durante a mesma.

No cômputo geral, prevê-se que as taxas de inflação por todo o mundo permaneçam baixas devido ao excesso de produção e aos níveis elevados de desemprego. Os mercados financeiros começaram a voltar ao nível em que se encontravam antes da crise, embora no princípio de 2010 a volatilidade dos mercados financeiros tenha aumentado e a confiança dos investidores tenha diminuído. Isto vem destacar a fragilidade do processo de recuperação. Todavia, a velocidade da recuperação varia substancialmente consoante as regiões, com a Ásia e a América Latina a serem quem recupera mais rapidamente.

Figura 3.1: Crescimento da Produção Mundial, Regional e em Timor-Leste, 2007-2011 (%).



Fonte: FMI, *Panorama Económico Mundial*, Outubro de 2010.

Economias Avançadas

O crescimento tem acelerado na Europa durante todo o ano de 2010, porém nos EUA e no Japão a actividade económica abrandou no segundo trimestre de 2010. As economias avançadas estão a lutar com a necessidade de reduzir os níveis elevados de dívida pública e privada enquanto o consumo permanece baixo devido à falta de confiança por parte dos consumidores e à diminuição do poder de compra das famílias. As economias avançadas foram as mais afectadas pela disseminação do desemprego global, sendo que em 2010 as taxas de desemprego retrocederam de forma muito ligeira a partir de níveis recorde. Existe igualmente uma necessidade urgente de reformar sectores financeiros, os quais continuam vulneráveis a choques. As taxas de crescimento estão supostamente a abrandar, à medida que os estímulos do sector público se contêm, com o FMI a projectar um crescimento de produção de apenas 2,7% em 2010 e 2,2% em 2011 nas economias avançadas.

Ásia

As economias da Ásia avançada (excepto o Japão) registaram uma forte recuperação, com a produção a ultrapassar já os níveis registados antes da crise. Os grandes sectores de produção nestes países beneficiaram dos níveis renovados de comércio internacional. Está em curso uma recuperação forte impulsionada pela procura nas novas economias industrializadas (NEIs²) da Ásia e nas economias da ASEAN³, com uma actividade doméstica forte acompanhada por uma procura regional saudável, em particular por parte da China. A procura por bens essenciais e artigos electrónicos em particular está a beneficiar países exportadores e a actividade de investimento privado é forte (embora o investimento na Malásia não esteja tão forte como noutros países). A Ásia emergente registou também retornos de capital após a crise internacional, tendo estes mais que quadruplicado ao longo dos quatro trimestres até Outubro de 2010. Muitas destas economias já adoptaram políticas macroeconómicas prudentes para se protegerem contra efeitos adversos da potencial volatilidade de fluxos de capital. A procura por parte de economias asiáticas, em particular da China, Índia e Indonésia, veio dinamizar o crescimento também na Ásia emergente, registando-se um crescimento médio económico de 9,5% ao longo da primeira metade de 2010. Na maior parte dos países asiáticos a transição de crescimento impulsionado pelo sector público para crescimento impulsionado pelo sector privado está a avançar a bom ritmo. A era pós-crise é uma boa altura para Timor-Leste aproveitar a forte procura regional através da redifinição

² As NEIs incluem Hong Kong SAR, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan Província da China.

³ Indonésia, Filipinas, Malásia e Tailândia.

ESBOÇO

das suas prioridades e aumentar exportações. A *Tabela 3.1* mostra a extensão e os tempos da recuperação económica em países asiáticos seleccionados.

Tabela 3.1: Crescimento Económico Real em Economias Asiáticas, 2007 – 2011 (%)

	Actual		Projeção		
	2007	2008	2009	2010	2011
China	14,2	9,6	9,1	10,5	9,6
Austrália	4,8	2,2	1,2	3,0	3,5
Singapura	8,5	1,8	-1,3	15,0	4,5
ASEAN-5	6,7	4,6	1,4	6,5	5,3
Indonésia	6,3	6,0	4,5	6,0	6,2
Vietname	8,5	6,2	5,3	6,5	6,8
Filipinas	7,1	3,7	1,1	6,0	4,0
Tailândia	4,9	2,5	-2,2	7,5	4,0
Malásia	6,5	4,7	-1,7	6,7	5,3
Timor-Leste	9,1	12,1	13,0	9,5	11,2

Fontes: FMI, *Panorama Económico Mundial*, Outubro de 2010; Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças (dados relativos a Timor-Leste).

Países Emergentes e em Vias de Desenvolvimento

As políticas prudentes dos países emergentes e em vias de desenvolvimento levaram o FMI a projectar um crescimento a médio prazo significativamente melhorado se comparado aos períodos anteriores à pós-recessão global, representando um crescimento de 7,1% em 2010 e de 6,4% em 2011. Tal como acontece em todas as regiões, a recuperação tem sido heterogénea, com os países em vias de desenvolvimento e emergentes a crescerem de forma consideravelmente mais rápida. Timor-Leste é um exemplo de um país com estas características. Os países que foram seriamente afectados pela recessão estão a sentir dificuldade para sustentar o crescimento económico após a crise. Nesta situação estão incluídas muitas regiões da Europa emergente e da Comunidade de Estados Independentes.

Tendo em conta que os países em vias de desenvolvimento começaram a beneficiar dos elevados níveis do comércio mundial de pós-crise, contribuindo para o seu forte crescimento, o FMI recomenda medidas para melhorar o acesso dos países em vias de desenvolvimento a mercados, por exemplo, isenção de 100% impostos aduaneiros e de quotas de mercado para os países menos desenvolvidos, complementado por regras de liberalização da origem dos produtos. Isto deve ser implementado juntamente com programas que visam fortalecer a capacidade comercial dos países com baixos rendimentos. A especulação comercial é particularmente importante numa altura em que o capital é mais escasso do que o era antes da recessão global e em que os países em vias de

desenvolvimento irão depender mais nas receitas domésticas. Uma política para complementar as formas tradicionais de financiamento pode incluir parcerias público-privadas e iniciativas de investimento do Sul-sul (dentro e entre países em vias de desenvolvimento e países emergentes).

Preços Mundiais

O principal impacto da actividade económica mundial sobre Timor-Leste é sentido nas receitas petrolíferas, por via da alteração dos preços do petróleo. Todavia os gastos do Governo na economia doméstica estão protegidos contra as flutuações no preço do petróleo por meio da poupança da maior parte das receitas petrolíferas e da despesa através do mecanismo do Rendimento Sustentável Estimado. A alteração dos preços do petróleo não tem impacto a curto prazo no crescimento económico. Em 2008 o preço mundial do petróleo desceu vertiginosamente de mais de 140 dólares americanos por barril a meio do ano para apenas 40 dólares em finais de 2008. Desde então os preços do petróleo subiram e estabilizaram em torno dos 70 a 80 dólares por barril, com a procura pelo petróleo a ser mais forte na primeira metade de 2010, particularmente na China, como resultado de uma actividade global forte. É esperado que a procura do petróleo suba com a recuperação económica, porém a recuperação lenta das economias avançadas irá anular boa parte do aumento esperado na procura do petróleo pelos países emergentes e em vias de desenvolvimento. É esperado que os preços do petróleo subam de forma suave até 2013, sem contudo ultrapassar os 90 dólares por barril. A secção sobre o Sector Petrolífero contém uma descrição mais detalhada do impacto dos preços do petróleo sobre a riqueza petrolífera de Timor-Leste e sobre os fluxos de receitas petrolíferas projectados.

Sendo os bens essenciais e mercadorias, activos reais, consequentemente os seus preços podem ser afectos pela alteração das expectativas relativamente à previsão económica global. O FMI reportou que as expectativas em rápida mutação nos meses de Maio e Junho de 2010 resultaram numa maior volatilidade dos mercados financeiros que se espalhou aos mercados dos bens essenciais, tendo-se registado uma diminuição nos preços dos bens essenciais após o pico em princípios de Maio de 2010. Desde o declínio, a maior parte dos preços de bens essenciais está novamente a subir, mas somente os preços dos alimentos, bebidas e bens agrícolas ultrapassaram o pico registado em Maio. O aumento do preço dos alimentos é resultado de recentes choques na produção provocados pelo mau tempo, o que se reflectiu em colheitas pobres. Em especial a seca e os fogos na Rússia e noutros grandes exportadores resultaram na fraca colheita de trigo e consequente subida de preços do trigo em Julho e Agosto de 2010. O impacto da subida dos

preços mundiais de alimentos pode ser sentido em mercados timorenses, sobretudo em Díli (ver secção sobre inflação).

Os mercados do trigo são mais vulneráveis a choques durante este período de colheitas e, segundo avaliação do FMI, caso se registem mais choques a esta colheita isso terá provavelmente efeito nos preços de outras culturas fundamentais. A médio prazo prevê-se que os preços dos bens essenciais continuem relativamente altos, acompanhados por um aumento do risco.

2. Economia Doméstica

PIB Não-Petrolífero

A Tabela 3.2 mostra a evolução da estrutura do Produto Interno Bruto (PIB) Não-Petrolífero ao longo de sete anos em Timor-Leste. A fatia do sector público na produção económica aumentou de 31,6% para 38,4% entre 2002 e 2009, enquanto a fatia das Nações Unidas diminuiu 61% durante o mesmo período. Isto é verdade apesar do papel acrescido das Nações Unidas desde 2005, o qual ajudou, em parte, o declínio da presença da ONU durante os quatro anos antes da crise de 2006. Após 2003 a economia começou a recuperar, impulsionada por um crescimento moderado na produção da agricultura e do sector público. Todavia as perturbações sociais em 2006 destruíram partes da economia, reduzindo a dimensão da economia em quase 6% em termos reais.

Tabela 3.2: Distribuição sectorial do PIB não petrolífero real, 2002 - 2009 (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB NP Real, excl. ONU	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Incluindo ONU	119,0	113,0	109,4	105,6	108,1	115,2	114,7	111,7
Agricultura	33,5	32,7	33,3	33,2	35,3	30,6	30,9	30,8
Indústria e Serviços	34,9	34,9	34,2	32,9	29,9	31,6	31,3	30,8
Sector Público, excl. ONU	31,6	32,4	32,5	33,9	34,9	37,8	37,8	38,54
Nações Unidas	19,0	13,0	9,4	5,6	8,1	15,2	14,7	11,7

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010.

A Tabela 3.4 mostra que ao longo dos anos desde 2007 a economia não-petrolífera timorense continuou a crescer rapidamente, impulsionada sobretudo pelos gastos do sector público. As despesas governamentais vieram estimular tanto a procura como a oferta na economia doméstica, contribuindo para crescimentos impressionantes em muitas áreas do sector privado. Do lado da procura foram afectos fundos para esquemas de transferência social e foram criadas dezenas de milhares de empregos para trabalhadores não qualificados através de gastos em infra-estruturas. Os desenvolvimentos de infra-estruturas e as melhorias em serviços públicos vieram fomentar a capacidade de produção das empresas privadas. O crescimento económico real global em Timor-

ESBOÇO

Leste no ano de 2009 está estimado em 13,0%, com a produção do sector público a contribuir 5,6 do crescimento dos 13 pontos percentuais, agricultura com 3.9 pontos percentuais e a indústria e serviços a contribuírem com 3,5 pontos percentuais para o crescimento do PIB Não-Petrolífero de Timor-Leste.

Tabela 3.3: PIB Nominal por sector

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB NP, excluindo ONU	257,7	266,9	280,8	301,9	297,1	357,8	444,6	557,8
Agricultura	86,1	87,7	93,4	100,4	104,8	102,1	122,4	146,3
Indústria e Serviços	90,2	94,4	96,0	99,2	88,8	111,3	135,1	161,7
Sector Público, excl. ONU	81,4	84,8	91,4	102,3	103,6	144,4	187,1	249,8

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010.

Tabela 3.4: Taxa do Crescimento do PIB Real (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
PIB NP, excluindo ONU	2.1	-0.1	4.4	6.5	-5.9	9.1	12.1	13.0
Agricultura	3.1	-2.5	6.2	6.4	-0.1	-5.4	13.4	12.6
Indústria e Serviços	1.6	0.0	2.1	2.6	-14.6	15.3	11.2	11.2
Sec. Público, excl. ONU	1.7	2.3	5.0	10.8	-3.1	18.5	11.7	15.0

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010.

O sector da agricultura sofreu consideravelmente com o mau tempo em 2007, registando um crescimento negativo. Todavia o sector recuperou em 2008, com um crescimento mais forte no sector dos alimentos até 2009. O Ministério da Agricultura e Pescas (MAP) assinala que a produtividade da terra, em especial no que diz respeito ao arroz e ao milho, subiu de forma acentuada em 2009 após a distribuição de sementes, fertilizantes e tractores manuais. O ano de 2009 foi mau para a produção de café, com muitos produtores a terem níveis de crescimento mínimos ou irrisórios. As grandes expectativas em torno da produção de café em 2010 foram defraudadas em grande parte devido às chuvas persistentes e fora de época, sendo esperado apenas um crescimento muito ligeiro em 2010.

No sector da indústria e serviços, o comércio grossista e a retalho cresceu de forma muito acelerada em 2009, sendo observado também um crescimento real substancial nos sectores dos transportes e comunicações, produção e construção privada. No cômputo geral, o sector privado tem registado um crescimento de dois algarismos desde 2007.

Despesas Governamentais

As despesas em 2009 atingiram um nível recorde de 603,6 milhões de dólares, aumentando 25% em relação aos níveis de despesa de 2008. Em 2009, 35% do orçamento executado foi gasto com

ESBOÇO

Capital e 65% com Despesas Recorrentes. Isto representa um aumento na produção das despesas atribuídas ao capital relativamente a itens recorrentes. Em 2008 a divisão foi de 26% e 74% respectivamente. Em 2010 a divisão orçamentada é de 34% para gastos de capital e 66% para gastos recorrentes, mantendo as afectações de 2009 entre estas duas categorias gerais. A execução orçamental total (incluindo obrigações), até 12 de Novembro de 2010, foi 75.6% dos 838 milhões de dólares aprovados pelo Parlamento Nacional no Orçamento Rectificativo de 2010. A execução orçamental em dinheiro até 12 de Novembro 2010 foi de 52.1%, o que é muito semelhante às taxas de execução em igual período de 2009.

Durante 2008, 2009 e 2010, o Governo criou bases sólidas para a gestão das finanças públicas. A orientação e o progresso do Governo foram confirmados por vários estudos independentes realizados por instituições financeiras internacionais de renome. Estes estudos incluíram uma avaliação da Despesa Pública e Responsabilidade Financeira (DPRF) e um Relatório sobre a Observação de Padrões e Códigos (ROPC) conduzidos pelo FMI.

A melhoria da prestação de serviços por via da descentralização continua a ser uma prioridade para o Governo. Isto refere-se especialmente ao aumento da capacidade financeira e da autonomia em ministérios e à descentralização do aprovisionamento. Em resultado das visitas do Primeiro-Ministro aos distritos prevê-se a gestão local de projectos menores. A concretização das prioridades do Governo ao mesmo tempo que se mantém responsabilidade fiscal obrigou à redução das despesas nas áreas menos prioritárias.

ESBOÇO

Tabela 3.5: Despesa de Todo o Governo (milhões de dólares), incluindo Instituições Autónomas

	02/0 3	03/0 4	04/0 5	05/0 6	06/07	200 7	2008	2009	Execução em dinheiro Nov. 12	Orçam. Rectific.
Total de despesa	60,7	70,5	70,2	93,7	170,5	97,2	483,9	603,6	436,6	838,0
Despesas recorrentes	49,9	59,2	59,9	71,2	139,5	63,1	356,0	394,3	342,2	550,7
Salários e Vencimentos	20,5	23,1	24,8	26,1	33,8	17,4	50,3	87,3	65,8	99,1
Bens e Serviços	29,4	36,0	35,2	45,1	93,9	37,1	221,4	212,8	182,7	267,0
Transferências	0,0	0,0	0,0	0,0	11,8	8,6	84,3	94,2	93,7	184,6
Despesas de Capital	10,9	11,3	10,3	22,5	31,0	34,1	127,9	209,3	94,4	287,3
Capital Menor	Unknown distribution				9,3	0,7	41,4	38,5	11,6	34,5
Capital de Desenv. e Capital Maior					11,7	0,7	86,5	170,8	82,8	252,8
Transferências de Capital	0,5	0,4	0,0	10,9	0,0	0,0	0	0		0,0
Transportes de Capital Não Afectados	5,7	7,3	8,4	8,3	10,0	32,7	--	--		--

Fonte: Ministério das Finanças de Timor-Leste, Departamento do Tesouro e Orçamento de 2009 para valores actuais, projecções para 2010 da Direcção da Macroeconomia

Nota: Os montantes da coluna destacada da tabela 3.5 referem-se a execução em dinheiro até o dia 12 de Novembro 2010

Receitas Domésticas

No geral estima-se que as Receitas Domésticas atinjam os 94,7 milhões de dólares em 2010, em comparação aos 90,8 milhões em 2009. Embora esta taxa de crescimento de 4,3% seja inferior aos 30,3% conseguidos no ano transacto, esperava-se obter um forte crescimento a partir dos valores mais baixos do período de crise. A diminuição das taxas de crescimento é também explicada por reduções nas receitas (subsídios) de arroz, as quais constituíam apenas uma medida temporária.

As receitas fiscais do governo aumentaram 16,7% em 2009, passando de 37,3 milhões de dólares em 2008, para 43,6 milhões de dólares. As receitas fiscais continuarão a aumentar em 2010, atingindo os 47,5 milhões de dólares (*Tabela 3.6*). As receitas dos Impostos Directos tiveram um desempenho superior ao esperado em 2009, à luz das reformas fiscais de 2008. Contudo a retoma do crescimento em 2010 irá elevar as receitas dos Impostos Directos aos níveis de 2008 (18 milhões de dólares). Prevê-se que os Impostos Domésticos continuem a crescer nos próximos anos, em resultado da expansão continuada da economia. As receitas dos Impostos Indirectos cresceram de forma acentuada, passando de 19,3 milhões de dólares em 2008 para 30,3 milhões em 2009, apesar das Reformas Fiscais de 2008. Estima-se que os Impostos Indirectos atinjam os 31,5 milhões em 2010 e que continuem a crescer durante os próximos anos.

ESBOÇO

As Taxas de Utilização e Pagamentos são outra área onde se registou um aumento de crescimento de 2008 a 2009. Este significativo aumento de 6,2 milhões de dólares em 2008 para os 16,4 milhões em 2009 é atribuído a um extraordinário reembolso. Estima-se que se atinjam os 14,1 milhões de dólares e os 16,2 milhões de dólares em 2010 e 2011, respectivamente. As receitas das Instituições Autónomas cresceram de 7,9 milhões de dólares em 2008 para 10,4 milhões em 2009, sendo estimado que atinjam os 13 milhões em 2010. Isto é motivado em grande medida pelo aumento significativo das receitas obtidas pela EDTL, à medida que os seus esforços para aumentar os pagamentos de utilização e tarifas mais elevadas tenham efeito. Os subsídios do arroz foram introduzidos em 2008 para proteger o povo timorense contra subidas súbitas dos preços internacionais dos alimentos. As receitas derivadas destas medidas subiram de 16,8 milhões de dólares em 2008 para 20,4 milhões em 2009 e espera-se que seja de 20 milhões em 2010. Contudo, em face da estabilização dos preços mundiais dos alimentos e da diminuição da necessidade de subsídios governamentais, é de esperar que as receitas nesta área caiam para 10,0 milhões de dólares em 2011.

Tabela 3.6: Receitas Domésticas, 2002-2010 (milhões de dólares)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
									Estimate
Total Domestic Revenues	24.8	29.9	36.8	45.2	40.9	48.9	69.7	90.8	94.7
Direct taxes	5.8	5.9	6.6	10.6	10.1	12.6	18.0	13.3	16.0
Indirect taxes	12.9	14.8	18.6	17.5	16.6	18.8	19.3	30.3	31.5
User fees and charges	1.4	3.3	4.5	4.3	3.1	4.3	6.2	16.4	14.1
Autonomous Agencies	4.6	5.8	7	7.9	6.8	6.9	7.9	10.4	13.0
Interest	0.1	0.1	0.1	4.9	4.3	6.3	1.5	0.0	0.1
Rice sales	0	0	0	0	0	0	16.8	20.4	20.0

Source: Timor-Leste Ministry of Finance, Directorate of Treasury 2002 -2009 for actual values;Macroeconomic Directorate for 2010 Estimate.

Receitas Petrolíferas

As Receitas Petrolíferas de Timor-Leste, incluindo os juros do Fundo Petrolífero, foram de 1,84 mil milhões de dólares em 2009, com o preço do barril de petróleo a 62 dólares, sendo estimado que em 2010 as receitas sejam de 2,02 mil milhões e que o preço do barril esteja nos 76 dólares. Todavia, os preços baixos dos bens essenciais curto prazo acarretam preços inferiores do crude. Usando as projecções da Administração de Informações sobre Energia (EIA) dos EUA

ESBOÇO

relativamente ao crude,⁴ as receitas petrolíferas irão superar consideravelmente as projecções orçamentais de 2009 para 2009 e 2010, devido a níveis de produção superiores aos que as estimativas de produção conservadoras exigiam, bem como a novos contratos negociados favoráveis a Timor-Leste.

É esperado que as Receitas Petrolíferas permaneçam elevadas em 2011 e 2012, como resultado de uma produção relativamente estável, sendo que as previsões dos preços do petróleo apontam para que as receitas petrolíferas sejam de 2,29 mil milhões de dólares em 2011 e de 2,40 mil milhões em 2012.

É esperado que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 6,62 mil milhões de dólares em finais de 2010, o que representa um aumento em relação aos 5,38 mil milhões de dólares em finais de 2009. Estima-se igualmente que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 8,17 mil milhões de dólares em finais de 2011, 9,82 mil milhões em finais de 2012 e 14,60 mil milhões em finais de 2015.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) está calculado nos 734 milhões em 2011, o que representa um aumento de 232 milhões em relação a 2010. A razão principal para este aumento é uma alteração na metodologia do cálculo do RSE. Enquanto no passado se usava um Cenário Conservador da Administração de Informações sobre Energia (EIA) como estimativa do preço do petróleo segundo a West Texas Intermediate (WTI), o cálculo do RSE para 2011 usa a média dos Cenários Conservador e de Referência da EIA como previsão do preço do petróleo a longo prazo. A previsão do preço do petróleo segundo a WTI é de 68 dólares por barril em 2011 e 71 dólares em 2012, aumentando para 110 dólares por barril em 2024.

Ao longo dos últimos três anos o Governo tem desenvolvido gradualmente a estratégia de investimento do Fundo Petrolífero. O objectivo consiste em diversificar a carteira de investimentos numa gama de classes de activos, regiões e moedas, de forma a reduzir os riscos e a aumentar os retornos esperados. Desde 2009 a carteira de investimento contém uma gama de títulos de governos estrangeiros e títulos emitidos por Organizações Supranacionais, sendo que em Outubro de 2010 o Fundo começou a investir nos mercados globais de acções.

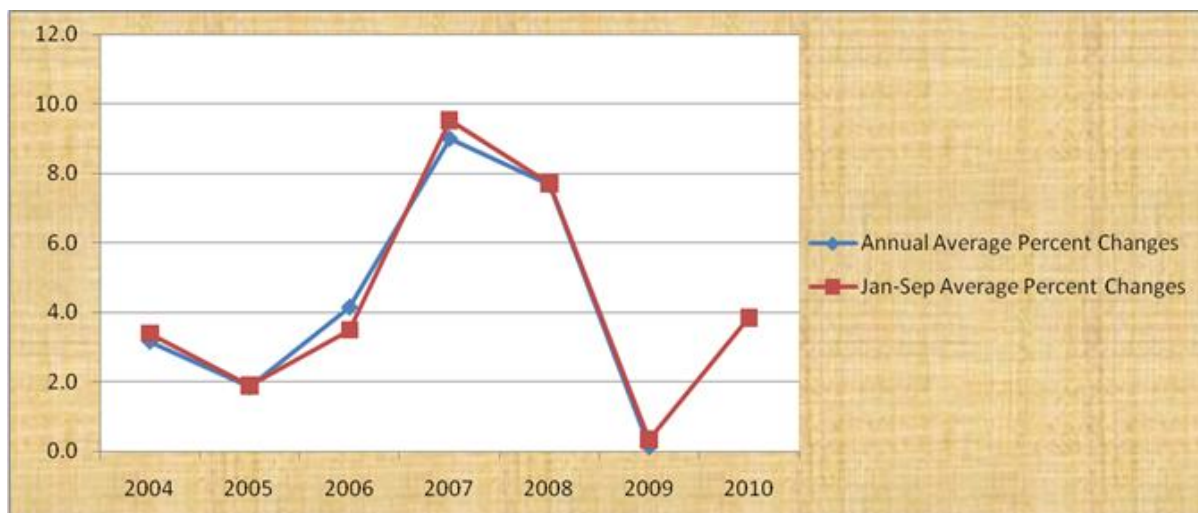
Para haver maior diversificação são necessárias alterações na Lei do Fundo Petrolífero. A estratégia de investimento será revista assim que o Parlamento Nacional aprove as emendas à Lei do Fundo Petrolífero.

⁴ *Panorama Anual de Energia: 2009 – Estatísticas Oficiais do Governo dos EUA sobre Energia*, Administração de Informações sobre Energia, 31 de Março de 2009.

Inflação

A inflação total anual em 2009 em Timor-Leste foi 0,1% e 0,7% em Díli (DNE, 2009). Estes valores representam uma descida nas taxas de inflação relativamente a 2007 e 2008, quando os preços subiram de forma acentuada, colocando pressão no poder de compra dos consumidores. A *Figura 3.2* mostra as tendências anuais da inflação em Timor-Leste.

Figura 3.2: Alterações Percentuais no Índice de Preços ao Consumidor, 2004 a 2010 (%).



Fonte: Direcção Nacional de Estatística, Ministério das Finanças, 2010

Os níveis de inflação relativamente baixos em 2009 e que continuam em 2010 reflectem uma inflação menor em todas as categorias de bens, especialmente alimentos, os quais atingiram o pico em 2007 e 2008, no seguimento da “crise global dos preços dos alimentos”. No segundo e terceiro trimestres de 2009 os preços chegaram mesmo a descer; a deflação anual ao longo destes dois trimestres foi de -2,8% e -1,7% respectivamente. Por altura do quarto trimestre de 2009 os preços começaram a subir e em 2010 esta tendência mantém-se. A inflação até à data, em 2010, supera a inflação registada em 2009, porém permanece bem abaixo dos níveis de 2007 e 2008. A inflação anual no segundo trimestre de 2010 foi de 2,5%. A inflação total em Díli aumentou gradualmente na primeira metade de 2010, demonstrando taxas de inflação superiores às registadas no território de Timor-Leste. Os níveis de preços em Díli são 6,6% mais elevados em Junho de 2010 do que em Junho de 2009. Parte desta pressão inflacionária em Timor-Leste, particularmente em Díli, é explicada pelo aumento nos preços de alimentos, sobretudo cereais, no seguimento de aumentos acentuados dos cereais a nível internacional (ver Secção sobre Economia Internacional). A taxa de inflação anual relativa a ‘cereais, raízes e derivados’⁵ em Díli foi de 14,1% em Junho de 2010.

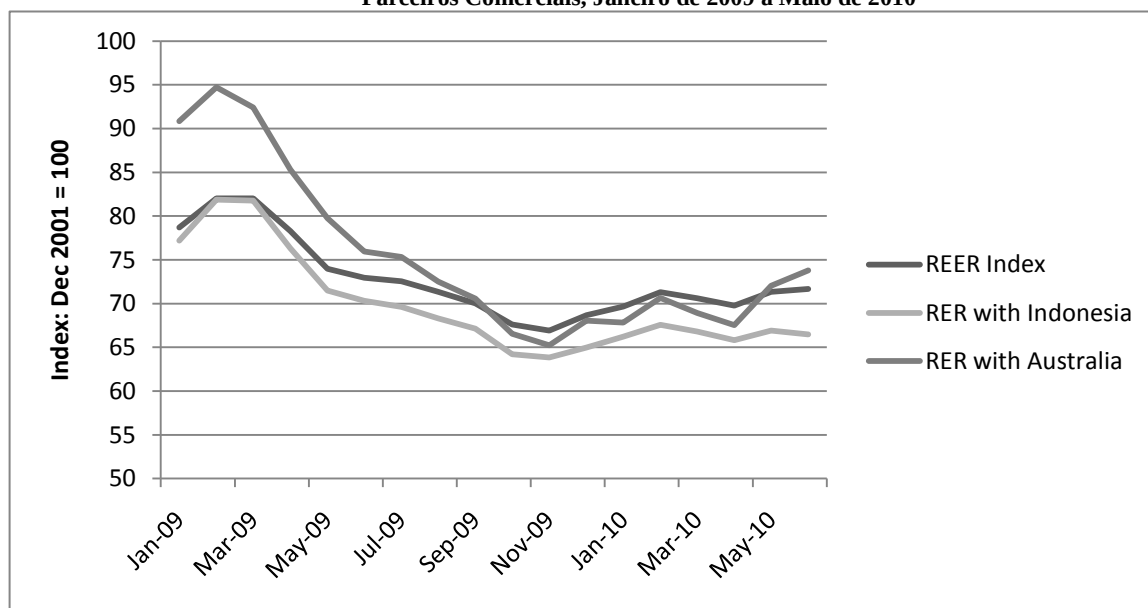
⁵ Esta categoria inclui arroz local, arroz importado, mandioca, farinha de trigo e massa instantânea.

ESBOÇO

O potencial de uma inflação elevada continua a ser preocupante, em especial a curto prazo com o aumento das despesas públicas e com a subida dos preços dos alimentos. Todavia, a despesa pública em infra-estruturas essenciais, melhoria do ambiente empresarial e melhoria da capacidade do porto deve melhorar a eficiência e a capacidade do lado da oferta de Timor-Leste, colocando uma pressão descendente sobre a inflação a médio prazo. O arroz subsidiado protegeu Timor-Leste de aumentos acentuados no preço mundial do arroz em 2008, porém a queda deste nos mercados internacionais, após o pico em meados de 2008, significa que a necessidade de subsídios diminuiu. Apesar de sinais, em meados de 2010, relativamente à subida do preço mundial do arroz, em Setembro de 2010 o preço do arroz tailandês permanece a metade do seu valor mais elevado registado em 2008.

A Figura 3.3 mostra a evolução da taxa de câmbio efectiva real (TCER) entre o dólar americano e as moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste. É também mostrada a taxa de câmbio real entre o dólar americano e as moedas da Austrália e da Indonésia. Ao longo de 2009 observou-se uma depreciação real, o que significou que as exportações de Timor-Leste se tornaram mais competitivas nos mercados estrangeiros. Na primeira metade de 2010 a TCER começou a apreciar, coincidentemente com o aumento da inflação.

Figura 3.3: Taxa de Câmbio Efectiva Real e Alterações na Taxa de Câmbio Real com os Principais Parceiros Comerciais, Janeiro de 2009 a Maio de 2010



Fonte: Autoridade Bancária e de Pagamentos, Timor-Leste.

Emprego

Timor-Leste tem uma população activa em rápido crescimento, com elevados níveis de desemprego e de sub-emprego. A população activa (pessoas entre 15 e 64 anos empregadas ou desempregadas mas a procurar trabalho activamente) em 2010 conta com aproximadamente 375.000 pessoas, estimando-se que a cada ano surjam mais 10.000 a 15.000. O sector privado emprega menos de 10% da população activa, assim como o sector público, pelo que a vasta maioria não tem outra escolha senão participar em agricultura de subsistência com baixa produtividade. O desemprego é essencialmente um fenómeno urbano e pode colocar uma ameaça real à estabilidade social. A despesa nos projectos de infra-estruturas tem potencial para absorver parte desta população activa no curto prazo, através de projectos bem definidos que irão empregar relativamente mais mão-de-obra que capital. Timor-Leste tem uma vantagem potencial competitiva neste tipo de projectos de infra-estruturas assentes em mão-de-obra, todavia é necessário garantir a qualidade dos resultados dos projectos.

O Governo de Timor-Leste tem desenvolvido esforços para criar empregos a curto prazo para mão-de-obra não qualificada. Estima-se que em 2008 e 2009 se tenham sido criados 33.020 e 61.174 empregos respectivamente, ‘equivalentes a tempo inteiro’⁶ para mão-de-obra não qualificada, a partir de gastos em infra-estruturas públicas. O conteúdo de infra-estruturas no

⁶ Os empregos equivalentes a tempo inteiro (ETI) consideram 249 dias de calendário por ano como constituindo um emprego a tempo inteiro.

Orçamento Rectificativo de 2010 é ainda maior, o que conduz a uma estimativa de 64.921 empregos, “equivalentes a tempo inteiro” que pode potencialmente ser criada para mão-de-obra não qualificada⁷. A Secretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) contribuiu com mais 4.363 empregos ‘equivalentes a tempo inteiro’ ao longo de 2008 e 2009, por via dos seus projectos de mão-de-obra intensiva.

Pobreza e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

Diz-se que um lar é pobre quando o consumo per capita fica abaixo do limiar de pobreza de “necessidades básicas”. As pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza são incapazes de garantir 2.100 calorias por dia e de satisfazer necessidades básicas não alimentares. Um estudo de 2007⁸ estimou que 49,9% da população viviam abaixo do limiar da pobreza. Todavia, em 2010, o Banco Mundial reportou que 41% da população vivia abaixo do limiar da pobreza em 2009⁹. Esta diferença de quase 9 pontos percentuais deve-se em parte à taxa superior de crescimento económico real desde 2007 e a programas de transferência social tais como pensões para idosos e veteranos, subsídios de habitação para deslocados internos e programas de “cash for work” que contribuíram para o aumento do consumo privado. As baixas taxas de inflação desde meados de 2008 também vieram aumentar os níveis de consumo privado devido a aumento no poder de compra.

O Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas para 2010 recentemente publicado, posiciona Timor-Leste no lugar correspondente ao número 120 num total de 169 países, que representa uma subida de 14 lugares. De 2005 a 2010, O Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste aumentou de 0.428 para 0.502, representando um crescimento de 17%.

Para lá do consumo, a análise preliminar do Estudo de Saúde Demográfica de 2009-2010 (ESD 2009-2010) em comparação com o ESD de 2003 e com o ENV-TL de 2007 sugere melhorias nas condições de vida em anos recentes. Por exemplo, 45% das crianças são subnutridas em Timor-Leste, o que representa uma diminuição relativamente aos 48,6% estimados para 2007 no ENV-TL. Mais, a incidência de definhamento caiu de 24,5% em 2007 para 19% em 2009. O definhamento dá-se quando as crianças ficam com um peso muito abaixo do indicado para a sua

⁷ Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças. As estimativas para 2010 utilizam a taxa de execução orçamental para 2009.

⁸ Timor-Leste: Pobreza numa Nação Jovem, 2008, Direcção Nacional de Estatística (DNE), Ministério das Finanças.

⁹ Os métodos do Banco Mundial asseguram compatibilidade entre esta previsão e as estimativas para 2007 produzidas pela DNE. Detalhes retirados da Nota sobre Pobreza do Banco Mundial, 2010.

ESBOÇO

idade devido a um consumo muito baixo de energia a curto prazo. Isto está ligado a alterações no nível da pobreza¹⁰.

No sector da educação, a taxa líquida de matrículas no ensino primário aumentou de 65,6% em 2007 para 82,7% em 2009. Adicionalmente a taxa de aproveitamento escolar aumentou de 47% em 2004 para 56,9% em 2009. Em contexto de crescimento de matrículas escolares o crescimento foi de 65% em 2007 para 83% em 2009/2010.

Timor-Leste excedeu o alvo dos ODMs para 2015 relativamente à taxa de mortalidade de crianças até 5 anos e à taxa de mortalidade infantil, com base nas metas estabelecidas em 2004, bem como no que se refere à detecção e tratamento da tuberculose, tendo sido estabelecido um novo alvo. Em 2009 o programa nacional de tuberculose atingiu os dois alvos globais principais para o controlo da tuberculose, nomeadamente uma taxa de detecção de casos de Novos Esfregaços Positivos de 70% (alvo global de 70%) e uma taxa de sucesso de tratamentos de 85% entre os casos de Novos Esfregaços Positivos registados no ano anterior (alvo global de 85%).

Para acelerar a concretização dos ODMs, o governo criou um programa inovador para ser lançado em 2011, o programa dos ODMs para os sucos. Este programa irá oferecer 11,140 casas em 2,228 aldeias, as famílias mais carenciadas bem como fornecimento de luz, água e saneamento, possibilitando-os de participar no processo de desenvolvimento.

Perspectivas a Médio Prazo (2011-2015)

O Governo de Timor-Leste está a conceber um Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN) a 20 anos visando um crescimento de dois algarismos ao longo do período do PEDN. Timor-Leste tornar-se-á um país de rendimentos médio altos o mais tardar até 2030, com um fosso diferencial da pobreza reduzido e assemelhando-se aos países vizinhos mais ricos de hoje, tais como a Indonésia, a Tailândia e a Malásia. O PEDN estabelece um plano para aumentar, a curto prazo, as despesas públicas de capital de desenvolvimento, com o intuito de acelerar o desenvolvimento crítico das infra-estruturas em Timor-Leste. O governo irá procurar atingir este alvo sobretudo através de planos de despesa de capital de desenvolvimento em infra-estruturas vitais como sejam estradas, electricidade, habitação, água e saneamento, de forma a fomentar a capacidade produtiva do sector privado.

¹⁰ Nota de Pobreza do Banco Mundial, 2010

ESBOÇO

A médio prazo (2011 a 2015), e para lá das infra-estruturas, a despesa pública será também canalizada para os sectores da agricultura, turismo e hidrocarbonetos, para manter o crescimento de dois algarismos até 2015 e prolongá-lo para lá desse período, de modo a que Timor-Leste se possa tornar um país com rendimentos médios até 2030. O desenvolvimento de recursos humanos é também parte integrante da estratégia de médio a longo prazo.

O governo pretende também levar a cabo políticas agressivas para melhorar o ambiente empresarial, para que Timor-Leste possa atrair investimento directo estrangeiro. Numa conferência internacional recentemente organizada pelo Ministério das Finanças, os participantes discutiram várias escolhas políticas que Timor-Leste precisa explorar para atrair investimento doméstico e internacional. A primeira coisa a fazer é melhorar as condições para a realização de negócios em Timor-Leste, o que inclui a criação de um pacote de investimento que permita:

- Procedimentos claros, rápidos e fáceis para evitar os actuais processos morosos de registo de empresas;
- Que as Leis de terras e títulos asseguram garantias
- Estado de Direito;
- Processar atempadamente os processos de falência;
- Acesso ao crédito;
- Mecanismo claros para investidores, incluindo um balcão único.

Em segundo lugar, cumpre explorar formas de financiar grandes projectos com o sector privado, por exemplo através de Parcerias Público-Privadas (PPP) capazes de contribuir para investimento adicional, ganhos de eficiência / produtividade e melhorias na qualidade dos serviços.

Em terceiro lugar, importa rever o regime fiscal de Timor-Leste e a possibilidade de se passar para um Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) que atraia mais investimento privado. Em quarto lugar, é importante investir em infra-estruturas tais como estradas, electricidade, telecomunicações e água e saneamento. Isto é algo que também pode ser feito através de PPPs.

Por fim, especial atenção deve ser dada aos estrangulamentos estruturais que acrescentam elevados custos de transacção para a economia.

ESBOÇO

Caso o crescimento renovado pós-crise na Ásia se mantenha e as economias avançadas continuem a sua recuperação, Timor-Leste poderá estar bem situado para atrair investimento estrangeiro a médio prazo. Este dependerá da continuidade da estabilidade social e política no país, bem como da realização de planos de desenvolvimento de infra-estruturas e de melhorias no ambiente empresarial. A política para alargar este crescimento impressionante através da participação do sector privado pode incluir os seguintes aspectos:

- Combater a falta de qualificações através de Formação Técnica e Vocacional (FTV) e de formação prática, tanto no sector da agricultura como no sector da indústria e serviços.
- Actualização da maquinaria de processamento agrícola, juntamente com melhores redes rodoviárias desde áreas rurais de cultivo para o porto e para a fronteira com a Indonésia, de modo a fomentar o potencial de exportação da agricultura.
- Esforços continuados para reduzir atrasos nas Alfândegas e modernizar os procedimentos destas.

Em resumo, Timor-Leste requer políticas e acções para reduzir o défice de qualificações, garantir acesso a terras, melhorar o ambiente empresarial (através de instituições que melhorem a prestação de serviços), desenvolver ligações rodoviárias (em especial dos corredores comerciais) e aumentar a capacidade portuária.

PARTE 4. DESPESA

1. Introdução

Esta parte trata das despesas a partir de todos os fundos controlados pelo Governo, o Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFTL) e os novos Fundos Especiais. Abrange igualmente despesas a partir das fontes de receitas do próprio Governo, bem como dos Parceiros de Desenvolvimento no orçamento de fontes combinadas. Este orçamento delinea também os principais objectivos de despesa.

A Tabela 4.1 apresenta o Orçamento de Fontes Combinadas para 2011, no valor de 1,18 mil milhões de dólares, com o Orçamento Geral do Estado de 985,0 milhões de dólares e 195 milhões dos Parceiros de Desenvolvimento.

Tabela 4.1: Orçamento de Fontes Combinadas, 2011 a 2015 (milhões de dólares, preliminar)

Orçamento	2010	2011	2012	2013	2014	2015
CFTL	837,9	642,7	653,4	679,6	706,7	734,9
Fundo de Infra-estruturas	-	317,3	597	620,9	645,8	671,6
FDCH	-	25,0	30	35	40	45
Orçamento Geral do Estado	837,9	985,0	1.280,4	1.335,5	1.392,5	1.451,5
Parceiros de Desenvolvimento	256,8	195,0	112,7	75,2	32,7	0
Orçamento de Fontes Combinadas	1.094,7	1.180,0	1393,1	1.410,7	1.452,2	1.451,5

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.

A Tabela 4.2 delinea o envelope fiscal a médio prazo.

Tabela 4.2: Despesa e Envelope Fiscal, 2010 a 2015 (milhões de dólares)

N.º	Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Despesa	838	985	1.280,4	1.335,5	1.392,5	1.451,5
2	Envelope Fiscal	597	844	862,4	881,7	903,5	925,4
3	1. Receitas Domésticas	95	110	121,4	133,7	148,5	163,4
	2. RSE	502	734	741	748	755	762
	3. Levantamentos em excesso a partir do FP	309	0	418	453,8	489	526,1

Note: As Receitas Domésticas são projectadas em Novembro de 2010

Fonte: Direcção do Orçamento e Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010.

ESBOÇO

A Tabela 4.3 delinea os alvos económicos entre 2011 e 2015.

Tabela 4.3: Alvos Económicos, 2011 a 2015

N.º	Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1	Crescimento Económico Real (%)	9,5	11,2	11,7	13,0	12,3	10,6
2	Receitas Domésticas (milhões de dólares)	95	110	119	134	148	163
3	Receitas Petrolíferas (milhares de milhões de dólares)	2,0	2,3	2,4	2,2	2,5	2,4
4	Saldo do FP (milhares de milhões de dólares)	6,6	8,2	9,8	11,2	12,9	14,6
5	Inflação (ano a ano, %)	4	4	4	4	4	4

Fonte: Direcção do Orçamento, Direcção Macroeconómica e Direcção do Fundo Petrolífero, MF, 2010.

2. Análises da despesa

O Comité de Revisão do Orçamento deste ano, chefiado pelo Primeiro-Ministro, analisou as submissões orçamentais com base numa avaliação cuidadosa dos orçamentos dos anos anteriores e canalizou as poupanças para as prioridades nacionais identificadas no processo do Plano Estratégico de Desenvolvimento.

O foco da revisão foi melhorar a qualidade das despesas e reduzir as ineficácias ao nível do planeamento e da execução. O resultado da revisão foi a criação de Fundos Especiais destinados à melhoria de infra-estruturas básicas e capital humano como catalisadores para atrair investimento privado.

As estimativas orçamentais para 2011 foram elaboradas com base nos seguintes critérios:

1. Aumentos devido à taxa de inflação de 4%,
2. Aumentos normais de 1 a 10% em relação ao orçamento corrente,
3. Maior peso (entre 1 a 50%) dos programas nas prioridades nacionais identificadas.

Como parte da formulação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN), o Primeiro-Ministro manteve consultas abrangentes com o Povo de Timor-Leste ao longo de cinco meses, tendo visitado todos os 65 sub-distritos. O PEDN está prestes a ser concluído, todavia os dados retirados destas consultas extensas estão incorporados no Orçamento para 2011.

3. Principais iniciativas propostas para 2011

A fim de financiar estes planos o Governo irá estabelecer dois Fundos Especiais de acordo com a Lei de Orçamento e Gestão Financeira. Isto está descrito em detalhe na Parte 6 deste Livro. Os objectivos dos fundos são financiar investimentos de capital em grande escala (superiores a um

ESBOÇO

milhão de dólares) e plurianuais respectivamente em infra-estruturas e em projectos de desenvolvimento humano.

Os fundos especiais serão conhecidos por:

1. Fundo das Infra-estruturas (FI) – Este fundo será usado para financiar uma vasta gama de projectos de infra-estruturas acima de 1 milhão de dólares.
2. Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH) – Este fundo será usado para financiar programas de formação com vista a aumentar as qualificações e os conhecimentos dos timorenses.

Os Fundos Especiais não estão incluídos no CFTL, logo, reportam separadamente de acordo com a Lei de Orçamento e Gestão Financeira.

O Governo irá lançar o Programa dos **MDG-Suco**, com vista a caminhar para a redução da pobreza através da provisão de habitações, energia solar, água e saneamento. O programa prevê a construção de 5 casas em cada aldeia das 2.228 existentes, o equivalente a 11.140 casas em 2011, ou 55.700 casas ao longo de cinco anos.

Para implementar estes programas o Governo irá criar a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) em 2011, com competências para avaliar, monitorizar e supervisionar projectos, validar relatórios de progresso e levar a cabo operações de controlo de qualidade. ADN irá reportar ao Conselho de Ministros e ao Parlamento Nacional.

A ADN é o precursor da Agência de Planeamento Económico e Investimento (APEI), a criar em 2012. Prevê-se que a APEI terá poderes mais amplos que a ADN ao nível do planeamento, implementação e avaliação.

A ADN supervisiona a implementação dos Fundos Especiais, ao passo que os Ministérios / Instituições irão gerir as despesas recorrentes, assim como as despesas anuais com Capital de Desenvolvimento e Capital Menor. Existirá uma Comissão de Aprovisionamento que fará a gestão do processo de aprovisionamento.

Despesas do CFTL

O orçamento anual é operado a partir do Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFTL), o qual engloba cinco categorias, como se pode ver na Tabela 4.4.

ESBOÇO

Tabela 4.4: CFTL por Categoria, 2011 a 2015 (milhões de dólares)

Orçamento	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Recorrentes						
Salários e Vencimentos	99,3	115,9	120,6	125,4	130,4	135,6
Bens e Serviços	260,6	245,5	255,3	265,5	276,1	287,1
Transferências Públicas	184,4	164,5	171,0	177,9	184,9	192,4
Capital						
Capital Menor	39,9	28,2	29,3	30,6	31,8	33,0
Capital e Desenvolvimento	253,7	88,6	77,2	80,2	83,5	86,8
CFTL	837,9	642,7	653,4	679,6	706,7	734,9

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.

Salários e Vencimentos

As principais decisões incluem:

- Passar funcionários públicos temporários para os quadros permanentes em 2011;
- Congelar novos recrutamentos em todos os Ministérios / Instituições excepto Comissão da Função Pública, PNTL e F-FDTL de acordo com as suas necessidades;
- Reaffectar despesas do MNE de Deslocações ao Estrangeiro nos Bens e Serviços para Subsídios nos Salários e Vencimentos;
- Provisão de Regime de Carreira para professores no Ministério da Educação.

Bens e Serviços

O orçamento total para esta categoria é de 270,5 milhões de dólares, incluindo 25 milhões do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano. As principais despesas nesta categoria incluem (montantes arredondados):

- 1,2 milhões de dólares para apoiar o F-FDTL em termos de Provisões Materiais e Operacionais no Ministério da Defesa e Segurança.
- 3,4 milhões de dólares para o Pacote de Operacionalização das F-FDTL e para a manutenção de barcos patrulha.
- 500 mil dólares para o Secretariado dos Países Membros do g7+ no Ministério das Finanças.
- 2,0 milhões de dólares para o ODM 5 (Mortalidade Materna) e apoiar Especialistas nos Hospitais de Referência de Baucau e Suai.
- 1,6 milhões de dólares para a provisão de manuais escolares no Ministério da Educação.

ESBOÇO

- 1,5 milhões de dólares para Merendas Escolares no Ministério da Educação.
- 150 mil dólares para o Instituto Nacional de Linguística da Universidade Nacional de Timor Lorosae (UNTL).
- 46 milhões para combustível incluindo EDTL no Ministério das Infra-estruturas.
- 1,0 milhões de dólares para iniciativas em prol da paz no Sudão.

Apesar de novas iniciativas nesta categoria o orçamento para 2011 é inferior ao de 2010, em resultado da revisão da despesa.

Transferências Públicas

As despesas de Transferências Públicas também irão descer em 2011 comparativamente com 2010. O Governo pretende orientar devidamente as transferências públicas para grupos vulneráveis e conseguir uma entrega mais eficiente. O Governo irá aumentar os pagamentos a idosos e veteranos, bem como as bolsas de estudo. Isto incluirá também programas de transferências condicionais de dinheiro e programas de dinheiro por trabalho. As principais iniciativas nesta categoria incluem:

- 1,1 milhões de dólares como contribuição para o Saara Ocidental (800 mil dólares) e para o Gabinete da Guiné-Bissau em Nova Iorque (300 mil dólares) inscrito no orçamento Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- 1 milhão de dólares para Compensações relativas a Terras no orçamento do Ministério da Justiça.
- 3,5 milhões para operações e subsídios para a capacitação da administração local
- 3,0 milhões de dólares para tratamento médico no estrangeiro no orçamento do Ministério da Saúde.
- 1,5 milhões de dólares para o retorno de estudantes de medicina de Cuba no orçamento do Ministério da Saúde.
- 6 milhões de dólares para transferências de capital no orçamento Ministério da Administração Estatal e Ordenamento do Território.
- 3,4 milhões de dólares para a maior capitalização da IMFTL no Ministério da Economia e Desenvolvimento.
- 7,5 milhões de dólares para a desmobilização de ex-FALINTIL entre 1975 e 2000 (Aileu)
- 800 mil dólares para a transladação dos restos mortais.
- 1,1 milhões de dólares para o Conselho de Veteranos.

ESBOÇO

- 1,0 milhões de dólares para a resposta a desastres naturais no Ministério da Solidariedade Social.
- 11 milhões para o Programa do Desenvolvimento Local (PDD1, 3 milhões para retenção dos projectos e 8 milhões para o re-orçamentar).

Capital Menor

As despesas de Capital Menor também desceram em 2011, passando para 28,3 milhões de dólares, quando em 2010 haviam sido de 39,9 milhões. As principais despesas nesta categoria são as seguintes:

- 12 milhões para a compra de ambulâncias, bancos móveis, os meios de transporte para facilitar a monitorização do ensino nas áreas rurais, a preparação e monitorização das eleições locais e nacionais, e barco de patrulha.
- 700 mil dólares para o Pacote de transferência de equipamentos da UNMIT para Timor-Leste.
- 1,1 milhões de dólares para equipamento para as Escolas Técnico Profissionais e laboratórios no Ministério da Educação.

Capital e Desenvolvimento do CFTL

O Governo continuou a melhorar a prestação de serviços ao povo a nível de distrito, sub-distrito e suco, através do uso de transferências públicas com finalidades específicas e de mecanismos de responsabilização. Isto reflecte uma maior confiança nos mecanismos de provisão regional.

A Tabela 4.5 mostra as despesas do CFTL em termos de Capital e Desenvolvimento. O Governo continuará a desenvolver programas bem-sucedidos, tais como o Programa de Desenvolvimento Descentralizado (PDD). O Governo irá melhorar a qualidade e execução destes programas. As despesas do CFTL ao nível de Capital e Desenvolvimento englobam:

- PDD1 – a serem diversificados por:
 - Aldeias (com projectos de valor até 15.000 dólares),
 - Sucos (até 75.000 dólares), e
 - Sub-distritos (até 150.000 dólares).
- PDD2 – com projectos de valor entre 150.001 e 500,000 dólares.
- Ministérios / Instituições – com despesas anuais de Capital e Desenvolvimento abaixo de 1 milhão de dólares.

ESBOÇO

Tabela 4.5: Capital e Desenvolvimento do CFLT, 2011 a 2015 (milhões de dólares)

Capital e Desenvolvimento	2011	2012	2013	2014	2015
PDL – Aldeias, Sucos e Sub-Distritos	15,5	16,2	16,8	17,5	18,2
PDD – Distritos	28,8	30,0	31,2	32,4	33,7
Ministérios / Instituições	44,3	31	32,2	33,6	34,9
Total	88,6	77,2	80,2	83,5	86,8

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.

Fundos das Infra-estruturas

O Fundo das Infra-estruturas abrange Projectos Plurianuais e Grandes Projectos acima de 1 milhão de dólares, assim como o programa MDG - Suco. Estes projectos englobam um período de vida que poderá exceder um ano, dependendo da sua dimensão e do seu prazo de implementação.

O principal item de despesa do Fundo das Infra-estruturas diz respeito ao estabelecimento de uma rede nacional de geração e transmissão de energia eléctrica. Este projecto custa 162 milhões de dólares e irá assegurar acesso fiável a electricidade em todo o país, com capacidade para apoiar a indústria, especialmente na costa norte entre Batugade e Tutuala.

O Governo irá aumentar o seu investimento em estradas, pontes, edifícios, gabinetes, hospitais e escolas. O Governo continua a investir em sistemas financeiros integrados, com mais 7,7 milhões de dólares destinado ao desenvolvimento de software para aprovisionamento e monitorização financeira e para aumentar a capacidade de hardware.

Tabela 4.6: Fundos Especiais, 2011– 2015

Capital e Desenvolvimento	2011	2012	2013	2014	2015
Projectos Plurianuais	212,3	348	294,9	264,8	230,6
Grandes Projectos	40	184	261	316	376
ODMs	65	65	65	65	65
Sub-Total	317,3	597	620,9	645,8	671,6
Fundo Dev. Capital Humano	25,0	30	35	40	45
Total	342,3	627	655,9	685,8	716,6

Fonte: Direcção do Orçamento, Ministério das Finanças, 2010.

Os Grandes Projectos terão início com os projectos de Tasi Mane, que custarão cerca de 36 milhões de dólares, visando sobretudo o desenvolvimento da Costa Sul. Estes incluirão:

- Pacote de Desenvolvimento de Suai, incluindo Porto Multifunções (2,5 milhões de dólares), Base de Fornecimentos (10 milhões de dólares) e Reabilitação do Aeroporto (5 milhões de dólares),

ESBOÇO

- Estudo, concepção e supervisão detalhados do local do desenvolvimento da costa sul em Beaço (5,8 milhões de dólares),
- Desenvolvimento de infra-estruturas na costa sul para análise de rota do gasoduto (3,5 milhões de dólares) e estudos ambientais (2,8 milhões de dólares), e
- Concepção e estudos sobre o Desenvolvimento do Porto Marítimo de Díli (2,0 milhões de dólares)

Despesas de Desenvolvimento para Capital Humano

Este Fundo Especial plurianual no valor de 25 milhões de dólares tem por finalidade desenvolver o capital humano por via do aumento das qualificações timorenses através de:

- Formação Profissional,
- Bolsas de Estudo,
- Formação Técnica, e
- Outras Acções de Formação.

As iniciativas incluirão:

- 7,7 milhões de dólares para o Ministério da Educação,
- 2,1 milhões de dólares para o Ministério das Finanças,
- 2,5 milhões de dólares para a Secretaria de Estado dos Recursos Naturais (SERN),
- 2,6 milhões de dólares para a Secretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego (SEFOPE),
- 2,4 milhões de dólares para o Ministério da Saúde a fim de pagar a formação de profissionais médicos,
- 1,9 milhões de dólares para o Ministério da Justiça, e
- 600 mil dólares para bolsas de estudo e formação no Instituto Nacional de Administração Pública.
- Formação no estrangeiro para Oficiais das F-FDTL no Japão, na Austrália, nas Filipinas e na Malásia,

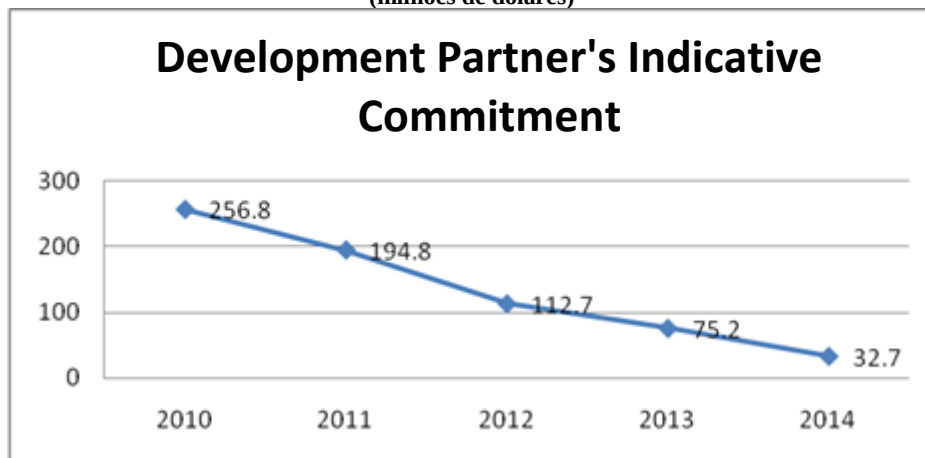
Parceiros de Desenvolvimento

Os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste irão fornecer um total de 194,8 milhões de dólares a Timor-Leste em 2011. Isto representa 17% do total do Orçamento de fontes Combinadas, no valor de 1,18 mil milhões.

ESBOÇO

Para mais detalhes, consultar livro 5 dos Parceiros de Desenvolvimento.

Gráfico 4.1: Compromissos Indicativos dos Parceiros de Desenvolvimento, 2010 a 2015
(milhões de dólares)



Fonte: Direcção de Eficácia da Ajuda, Ministério das Finanças, 2010

PARTE 5. RECEITAS

1. Introdução

As principais receitas de Timor-Leste provêm do petróleo e do gás, com as Receitas Domésticas (impostos, taxas de utilização e pagamentos, instituições autónomas e outras) a representarem uma pequena parte das receitas totais (Tabela 5.1). O total das receitas em 2011 está estimado em 2,4 mil milhões de dólares americanos, com o grosso (2,29 mil milhões) a corresponder às Receitas Petrolíferas e os restantes 110 milhões a virem das Receitas Domésticas. Olhando para o futuro, as Receitas Petrolíferas continuarão a dominar nos próximos cinco anos e em diante. As Receitas Domésticas mostram uma tendência de crescimento em matéria colectável. Em 2010, as projecções para as Receitas Domésticas foram de 94,7 milhões de dólares, e para 2011 está projectado em 110 milhões de dólares.

Até 2015 é esperado que as Receitas Domésticas atinjam os 163,3 milhões de dólares. O objectivo do Governo é alcançar os 200 milhões de dólares antes de 2015, contudo, estará dependente da introdução de significativas reformas.

Tabela 5.1: Projecção do Total das Receitas 2009 -2015 (\$ Milhões)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	<u>Actual</u>	<u>Estimate</u>			<u>Projection</u>		
Total Revenues	1,918.4	2,111.0	2,398.1	2,520.0	2,293.5	2,609.4	2,606.4
Domestic Revenues	90.8	94.7	110.1	121.4	133.7	148.5	163.4
Petroleum Revenues	1,827.6	2,016.3	2,288.0	2,398.6	2,159.8	2,460.9	2,443.0

2. Receitas Domésticas

As Receitas Domésticas consistem em Impostos (Directos e Indirectos), Taxas de utilização e Pagamentos e receitas de instituições autónomas. Há também receitas provenientes da venda de arroz subsidiado, uma medida introduzida pelo governo para aliviar o impacto dos aumentos súbitos nos preços mundiais dos alimentos em 2008.

A Tabela 5.2 mostra que os impostos, taxas de utilização e pagamentos, e instituições autónomas continuam a aumentar de 2009 até 2015. Estes aumentos anulam a redução das receitas com a venda de arroz, as quais continuam a descer à medida que os preços mundiais dos alimentos estabilizam.

ESBOÇO

Tabela 5.2: Receitas Domésticas, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Actual	Estimate			Projection		
Impostos Directos	13.3	16.0	<u>22.3</u>	26.9	31.4	35.9	40.4
Impostos Indirectos	30.3	31.5	<u>42.6</u>	44.5	46.3	50.3	54.4
Taxas e Pagamentos	16.4	14.1	<u>16.2</u>	17.5	19.6	21.9	24.2
Venda de Arroz	20.4	20.0	<u>10.0</u>	9.6	9.6	9.6	9.6
Juros de Tesouro	0.0	0.1	<u>0.1</u>	0.1	0.1	0.1	0.1
Agencias Autonomas	10.4	13.0	<u>18.9</u>	22.8	26.7	30.7	34.6
Total	90.8	94.7	110.1	121.4	133.7	148.5	163.3

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010

Impostos

A Tabela 5.3 mostra as projecções de receitas por categoria e por tipo de imposto. Os impostos directos, adversamente afectados pelas Reformas Fiscais de 2008, têm recuperado e demonstrado uma tendência de subida.

Os Impostos Directos são projectados para serem de 22,3 milhões de dólares em 2011. Isto deve-se às fortes perspectivas de crescimento económico, e esforços para aumentar o cumprimento e melhorar a administração fiscal. As projecções para Impostos Indirectos é de 42,6 milhões de dólares em 2011, e um crescimento esperado para 54,4 milhões em 2015.

Tabela 5.3: Total das Projecções de Receitas Fiscais, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Actual	Estimate			Projections		
Direct Taxes	13.4	16.0	<u>22.3</u>	26.9	31.4	35.9	40.4
Income Tax	5.1	6.0	7.1	8.8	10.5	12.2	13.9
Corporate Tax	2.0	2.4	5.7	6.9	8.1	9.3	10.5
Withholding Tax	6.3	7.6	9.5	11.2	12.8	14.4	16.0
Indirect Tax	30.3	31.5	<u>42.6</u>	44.5	46.3	50.3	54.4
Service tax	2.9	3.4	4.0	4.9	5.3	5.9	6.6
Sales Tax	7.3	7.5	11.4	10.7	11.2	12.2	13.1
Excise Tax	13.8	14.2	17.7	20.7	21.6	23.5	25.5
Import Duties	6.3	6.4	9.5	8.2	8.2	8.7	9.2

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010

Taxas de Utilização e Pagamentos

A tabela 5.4 contém os rendimentos projectados para taxas de utilização e pagamentos, onde se espera um crescimento de 16,2 milhões de dólares em 2011, dos projectados 14,1 milhões de

ESBOÇO

2010. Existe uma tendência ascendente de crescimento em taxas de utilização e pagamentos que se espera continuar para 2011 em diante.

Tabela 5.4: Taxas e Pagamentos de Utilização, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	<u>Actual</u>	<u>Estimate</u>			<u>Projection</u>		
Fees and Charges	16.4	14.1	16.2	17.5	19.6	21.9	24.2
Business Registration Fees	0.2	0.5	0.7	0.9	1.1	1.3	1.5
Postage Fees	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Property Rentals	1.9	2.8	2.4	2.6	2.8	3.1	3.3
Water Fees	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
National University Fees	0.4	0.7	0.5	0.5	0.5	0.5	0.6
Vehicle Registration Fees	1.0	0.9	0.9	0.9	1.1	1.1	1.3
Vehicle Inspection Fees	0.0	0.2	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0
Drivers Licence Fees	0.0	0.3	0.3	0.0	0.0	0.0	0.0
Other Transport Fees	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ID and Passport	0.4	0.6	0.8	1.0	1.1	1.4	1.6
Visa Fees	1.2	1.8	1.5	1.7	1.9	2.1	2.3
Hospital and Medical Fees	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Dividends, Profits, and Gains	4.6	4.8	7.3	8.1	9.1	10.1	11.2
Mining and Quarrying	0.1	0.0	0.1	0.1	0.1	0.2	0.2
Radio and Television Fees	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Bid Document Receipts	0.1	0.1	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1
Auctions	0.0	0.0	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Other Non-Tax Revenue	6.4	1.2	1.1	1.2	1.4	1.6	1.7

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010

Vendas de Arroz e Juros

Os subsídios ao arroz foram introduzidos para proteger o povo timorense contra aumentos súbitos nos preços mundiais de alimentos em 2008. A necessidade de o governo interceder neste mercado diminuiu com a estabilização dos preços mundiais de alimentos. À medida que as intervenções do governo diminuem, é esperado que as receitas nestas áreas caiam para 10 milhões de dólares em 2011 e que estabilizem nos 9,6 milhões de dólares.

Sendo os juros, os dinheiros recebidos a partir dos saldos das contas bancárias do governo, estes representam apenas uma pequena parcela das Receitas Domésticas. Prevê-se que os juros sejam de 0,1 milhões de dólares em 2011 e que aumentem de forma modesta a médio prazo.

ESBOÇO

Instituições Autónomas

As receitas das Instituições Autónomas (Gestão de Equipamentos, Aviação, Porto e EDTL) tiveram melhorias nos períodos mais recentes como mostra a tabela 5.5. É esperado que a fatia das receitas totais verifique um aumento de 12% para 14% de 2009 para 2010. Para 2011, a fatia desta categoria de receitas é projectada um aumento de 17%, representado os 18,9 milhões de dólares.

O fluxo de receitas mais significativo provém da EDTL. Este superou as expectativas para 2009 (7 milhões de dólares) em 16%. Este crescimento deverá aumentar ainda mais em resultado dos esforços continuados para incrementar o pagamento de electricidade por parte dos consumidores. Este será complementado através de aumentos de tarifas. A projecção actual de receitas da EDTL para 2011 é de 14,5 milhões de dólares. Isto significa que o número de consumidores irá aumentar, resultando em receitas adicionais.

O desempenho da Aviação e do Porto tem sido forte relativamente às projecções orçamentais de 2010, sendo de esperar um crescimento sustentado das receitas.

Tabela 5.5: Receitas de Instituições Autónomas, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	Actual	Estimate		Projection			
Instituto da Gestao de Equipamento	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Aviacao	0.9	1.1	1.3	1.6	1.7	2.0	2.2
Porto	1.4	2.5	3.1	3.5	4.0	4.5	5.0
EDTL	8.1	9.4	14.5	17.7	21.0	24.2	27.4
Total	10.4	13.0	18.9	22.8	26.7	30.7	34.6

Fonte: Direcção Macroeconómica, Ministério das Finanças, 2010

Receitas Petrolíferas

É esperado que as Receitas Petrolíferas permaneçam elevadas em 2011 e 2012 devido às previsões de produção e preços petrolíferos manterem-se relativamente estáveis durante este período. As receitas estão estimadas em 2,29 mil milhões dólares para 2011 e 2,4 mil milhões para 2012.

Isto representa um aumento em relação aos 1,84 mil milhões em 2009 e à previsão de 2,02 mil milhões para 2010, devido sobretudo a preços petrolíferos superiores ao esperado. A Tabela 5.6

ESBOÇO

mostra as receitas concretas em 2009, as estimativas para 2010 e as previsões de Receitas Petrolíferas até 2015.

Tabela 5.6: Estimativa das Receitas Petrolíferas, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

	2009 Actual	2010 Estimate	2011 Budget	2012 Projection	2013 Projection	2014 Projection	2015 Projection
Total Petroleum Revenue	1,828	2,016	2,288	2,399	2,160	2,461	2,443
Royalties	122	136	147	162	137	149	143
Profit oil	871	916	1,057	1,075	946	1,055	1,009
Income Tax	283	368	355	393	296	362	381
Additional Profit Tax	343	341	395	381	327	385	333
Value Added Tax	15	9	6	6	9	7	7
Wages Tax	10	8	8	8	8	9	9
Pipeline Payments	5	6	6	6	6	6	6
Other Payments	1	20	10				
Withholding Tax	9	12	8	9	12	9	10
Petroleum Fund Interest Received*	167	200	296	359	419	479	546

*) Actual Cash flow for 2009

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

Após o preço do petróleo ter disparado na primeira parte de 2008 e o preço do petróleo da WTI¹¹ ter atingido o seu valor mais alto nos 145 dólares por barril em Junho de 2008, desceu para 30 dólares por barril passados seis meses. Desde então o preço do petróleo da WTI tem recuperado e foi em média 62 dólares por barril em 2009. O preço médio do petróleo até finais de Agosto de 2010 foi de 78 dólares por barril, o que é superior em 16 dólares à projecção do preço do petróleo utilizada no Orçamento para 2010, sendo que o preço médio para 2010 está estimado nos 76 dólares por barril. A estimativa da Receita Petrolífera para 2011 e 2012 assenta num preço do petróleo de 68 e 71 dólares por barril, respectivamente. O Gráfico 5.1 mostra o preço histórico do petróleo da WTI e a estimativa do preço do petróleo utilizada no Orçamento para 2011.

Uma paragem agendada do Bayu Undan em 2010 resultou na diminuição da produção e das receitas do campo em 2010 comparativamente ao que teria acontecido sem a paragem. A produção em 2010 está estimada nos 57 milhões de barris de equivalentes a petróleo, o que fica aquém dos 62 milhões de barris de equivalentes a petróleo em 2009. É esperado que a produção do Bayu Undan em 2011 e 2012 aumente para 62 e 60 milhões de barris equivalentes a petróleo, respectivamente, antes de descer gradualmente até se esgotar, o que segundo as previsões deverá acontecer em 2024.

O Plano de Desenvolvimento para o campo de Kitan foi aprovado em 2010, devendo ser iniciada a produção em 2011. O total da produção é modesto quando comparado com o campo do Bayu Undan. Os cenários de Produção Baixa e de Base de Kitan são respectivamente 23 e 35 milhões

¹¹ West Texas Intermediate

ESBOÇO

de barris de petróleo ao longo da vida do projecto. O fluxo total de receitas com base no Cenário de Produção Baixa é equivalente a 145 milhões de dólares.

Gráfico 5.1 Alterações Históricas e Projeções Futuras do Preço do Petróleo da WTI (dólares por barril)



Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

A produção total a partir dos dois campos está estimada em 65 e 68 milhões de equivalentes a petróleo para 2011 e 2012, respectivamente. A Tabela 5.7 mostra o preço do petróleo, o total dos volumes de produção e as Receitas Petrolíferas sem e com desconto de Timor-Leste ao longo da vida dos dois projectos¹².

¹² Inclui fluxos de receitas dos campos do Bayu Undan e de Kitan.

ESBOÇO

Tabela 5.7. Pressupostos do Preço do Petróleo, Produção Total e Estimativas de Receitas de Timor-Leste, 2002 a 2024

Timor-Leste Petroleum sector				
	Average WTI oil price	Production	Total Discounted Petroleum Revenues (Factor of 4%)	Total Undiscounted Petroleum Revenues
	\$/Barrel	million barrels oil equivalent	\$ million	\$ million
Total		991		30,613
Total from 1 January 11		647	17,847	22,461
to 2002				
2003				10
2004	44	17		175
2005	54	29		336
2006	65	57		612
2007	72	58		1,258
2008	103	64		2,284
2009	62	62		1,660
2010	76	57		1,816
2011	68	65	1,954	1,992
2012	71	68	1,923	2,040
2013	75	57	1,579	1,741
2014	79	61	1,727	1,981
2015	81	57	1,590	1,897
2016	85	49	1,341	1,664
2017	88	51	1,462	1,887
2018	92	45	1,308	1,755
2019	95	38	1,025	1,431
2020	98	41	1,104	1,602
2021	101	39	1,032	1,558
2022	104	32	765	1,202
2023	107	33	793	1,295
2024	110	9	215	365
2025	114	0	28	50

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

Retorno de Investimentos

O retorno bruto dos investimentos em 2011, antes da taxa de gestão, está estimado nos 296 milhões de dólares. A previsão de retorno dos investimentos semelhantes em 2010, incluindo juros do Fundo Petrolífero e alteração do valor do Fundo Petrolífero, é de 241 milhões. Estas estimativas são significativamente superiores ao retorno dos investimentos em 2009, que foi de 34 milhões. A razão para isto é que as taxas de juro dos EUA caíram durante o período, com o correspondente aumento do valor de mercado do Fundo.

De Janeiro a Julho de 2010 o retorno bruto foi de 188 milhões de dólares. Os juros do Fundo Petrolífero durante este período foram de 117 milhões, tendo a alteração do valor do Fundo

ESBOÇO

(reavaliação de mercado) sido equivalente a 71 milhões. O retorno líquido dos investimentos, que é o valor bruto menos a taxa de gestão, está estimado em 235 milhões de dólares em 2010, sendo que os juros do Fundo Petrolífero estão estimados em 200 milhões, a alteração no valor do Fundo está estimada em 41 milhões e a taxa de gestão é de 6 milhões. A Tabela 5.8 inclui a previsão do retorno dos investimentos.

O retorno de investimento nominal de Janeiro a Julho de 2010 foi equivalente a 3,2% do Fundo Petrolífero. O retorno anual dos 12 meses até Julho de 2010 foi 4,2%, enquanto o retorno anual dos investimentos desde o início do Fundo está actualmente nos 4,6 %.

Tabela 5.8: Poupanças Estimadas do Fundo Petrolífero, 2009 a 2015 (milhões de dólares)

	2009 Actual	2010 Estimate	2011 Budget	2012 Projection	2013 Projection	2014 Projection	2015 Projection
Opening Balance	4,197	5,377	6,617	8,165	9,817	11,223	12,923
Petroleum Revenue excluding PF Interest	1,660	1,816	1,992	2,040	1,741	1,981	1,897
Petroleum Fund Interest*	177	200	296	359	419	479	546
Change in Value of the Fund	-143	41	0	0	0	0	0
BPA Management fee	-3	-6	-6	-6	-6	-6	-6
Withdrawal	-512	-811	-734	-741	-748	-755	-762
Closing Balance	5,377	6,617	8,165	9,817	11,223	12,923	14,598

*) includes accrued interest

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

Fundo Petrolífero

O saldo do Fundo Petrolífero em 31 de Julho de 2010 era de 6,45 mil milhões de dólares. Isto representa um aumento de 1,07 mil milhões durante o ano financeiro. É esperado que o saldo aumente de forma modesta durante o resto do ano, uma vez que a maior parte dos levantamentos em 2010 terá lugar na segunda parte de 2010. Até finais de 2010 é esperado que o saldo do Fundo Petrolífero seja de 6,62 mil milhões.

A actual estimativa aponta para que o valor total do Fundo seja de 8,17 mil milhões de dólares em finais de 2011, 9,82 mil milhões em finais de 2012 e 14,6 mil milhões em finais de 2015. A Tabela 5.8 mostra as previsões para o saldo do Fundo Petrolífero no futuro.

Ao longo dos últimos três anos o Governo tem implementado gradualmente a estratégia de investimento do Fundo Petrolífero. O objectivo consiste em diversificar a carteira de investimentos numa gama de classes de activos, regiões e moedas, de forma a reduzir os riscos e a aumentar os retornos esperados, dentro dos limites contemplados na Lei do Fundo Petrolífero. O primeiro passo foi dado em 2009, quando o Banco de Compensações Internacionais (BIS) foi nomeado como o primeiro gestor externo do Fundo. O BIS é responsável por investir 20 por cento da carteira. Actualmente a carteira de investimentos inclui títulos governamentais emitidos pela

ESBOÇO

Austrália, Japão, União Europeia e Reino Unido, assim como títulos emitidos por Organizações Supranacionais tais como o Banco Europeu de Investimento e o Banco Mundial.

Em 2010 o Governo nomeou o Gestor Externo, a Schroeder Investment Management Ltd, como o primeiro Gestor de Acções, afectando 4% da carteira para os mercados globais de acções. Esta afectação permite total exploração da flexibilidade da actual Lei do Fundo Petrolífero no que diz respeito à diversificação da carteira de investimentos. Para diversificar ainda mais a carteira serão necessárias alterações à Lei do Fundo Petrolífero.

O fundo actualmente tem um peso muito elevado de título do tesouro e isto representa uma exposição ao risco financeiro associado ao potencial aumento dos juros nos Estados Unidos.

O Governo continuará a diversificar a carteira assim que o Parlamento Nacional aprove as emendas à Lei do Fundo Petrolífero, de modo a reduzir o recurso a títulos do Tesouro dos EUA. Isto irá incluir uma maior exposição a acções.

Cálculo da Riqueza Petrolífera e do RSE

O total da Riqueza Petrolífera, que engloba o saldo do Fundo mais o valor actual líquido (VAL) das Receitas Petrolíferas futuras, está estimado em 24,47 mil milhões de dólares em 1 de Janeiro de 2011. A Riqueza Petrolífera estimada aumentou 7,82 mil milhões de dólares comparativamente aos cálculos apresentados no Orçamento para 2010.

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) será 3% da Riqueza Petrolífera. Deste modo, o RSE para o Ano Financeiro de 2010 está estimado em 734 milhões de dólares. Isto representa um aumento de 232 milhões comparativamente ao RSE para 2010. A Tabela 5.9 mostra o cálculo do RSE entre 2011 e 2015, enquanto o Gráfico 5.2 apresenta o RSE juntamente com a estimativa das receitas petrolíferas.

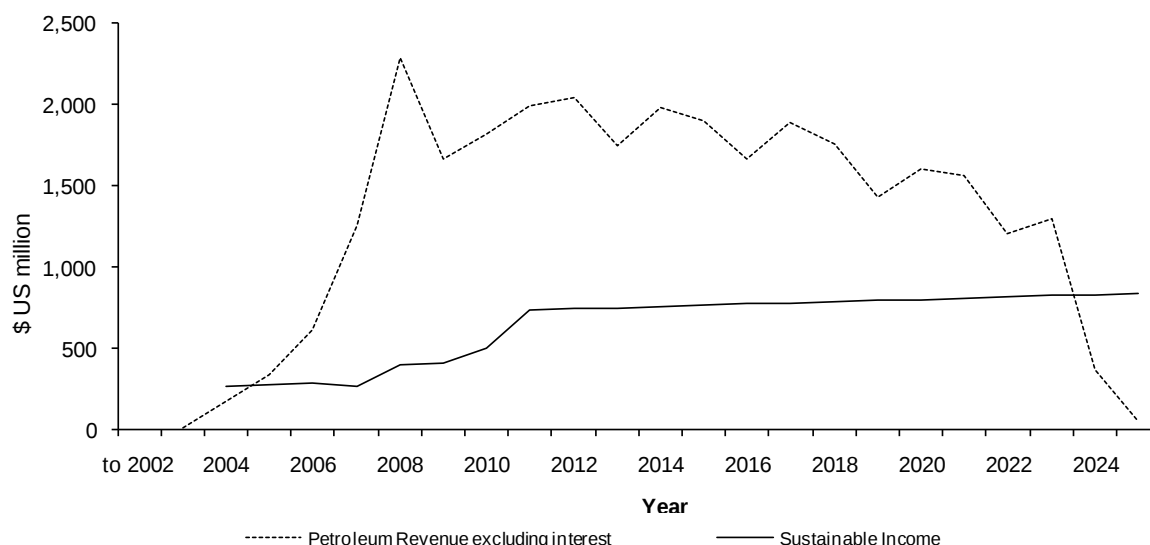
ESBOÇO

Tabela 5.9: RSE a partir de 1 de Janeiro de 2011 comparativamente com os Valores do Orçamento para 2010

US\$ million	2010 Budget	2011 Budget	2012 Budget	2013 Budget	2014 Budget	2015 Budget
Petroleum Fund balance	5,272	6,617	8,165	9,817	11,223	12,923
+ Net Present Value of future revenues	11,446	17,847	16,529	15,110	13,939	12,476
Total Petroleum Wealth (PW)	16,718	24,465	24,695	24,927	25,162	25,399
Estimated Sustainable Income (PWx3%)	502	734	741	748	755	762

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

Gráfico 5.2. Receitas Petrolíferas e RSE de Timor-Leste, 2002 a 2024



Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

Alteração da Metodologia

O Ministério das Finanças, juntamente com o FMI, reviu a metodologia usada para o cálculo da Riqueza Petrolífera e do RSE em 2010 antes do cálculo do RSE para 2011. Embora a maior parte da metodologia permaneça inalterada, foram feitas duas alterações importantes:

Estimativa do preço do petróleo

As previsões das receitas petrolíferas do RSE utilizam a West Texas Intermediate (WTI) como o preço petrolífero de referência. Para os cálculos do RSE entre 2007 e 2010 fez-se a previsão da WTI usando a estimativa de cenário baixo de preços do petróleo da Administração de Informações sobre Energia (EIA) fornecida no seu relatório anual, o Panorama Anual de Energia¹³. A EIA é uma organização independente que aplica uma metodologia consistente e

¹³ Panorama Anual de Energia 2010: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/index.html>

ESBOÇO

rigorosa, e a única organização deste tipo a fazer uma estimativa baixa e uma estimativa de referência para preços petrolíferos da WTI.

Os preços do petróleo são por inerência difíceis de prever, havendo muito debate académico a respeito das suas propriedades subjacentes, incluindo se o tumulto dos mercados em 2008 e 2009 assinala a passagem permanente para um preço mundial do petróleo mais elevado. As estimativas de cenário baixo e de referência da EIA foram revistas contra os preços actuais dos futuros e outras fontes para determinar se estes cenários servem como guia razoavelmente prudente para o consumo sustentável da riqueza petrolífera de Timor-Leste. Com base nesta avaliação, considera-se que a previsão de cenário baixo da EIA é demasiado prudente, pelo que o cálculo do RSE para 2011 usará antes a média das estimativas de cenário baixo e de referência da EIA.

Taxa de desconto

O RSE anterior utilizou uma única observação dos rendimentos de títulos do Governo dos EUA próximos da data do cálculo do RSE, ponderados simplesmente de acordo com a proporção das previsões de receitas petrolíferas a ocorrer contra cada período de maturação. A maior liberalização da política monetária dos EUA no seguimento da crise financeira global resultou em rendimentos de títulos invulgarmente baixos, com reflexo numa taxa de desconto de 2,6% para o RSE de 2010.

A metodologia foi revista de forma a utilizar (1) a média histórica a 10 anos dos rendimentos de títulos para cada data de maturidade; e (2) um cálculo refinado da taxa de desconto média. Isto resulta numa taxa de desconto de 4,0 por cento para o RSE de 2011.

Alterações no RSE entre 2010 e 2011

Houve vários factores que afectaram o cálculo do RSE para 2011, comparativamente com o cálculo do ano anterior:

Preços do Petróleo

O preço do petróleo da WTI para 2010 aumentou de 62 para 76 dólares por barril, reflectindo a média dos preços concretos do petróleo até Agosto de 2010 e a estimativa da EIA para o restante do ano. Anos após 2010, a passagem do cenário baixo da EIA para a média das estimativas do cenário baixo e do cenário de referência da EIA envolve a transição dos preços reais a longo prazo

ESBOÇO

que convergem para 50 dólares por barril para preços reais que aumentam cerca de 2 por cento ao ano entre 2012 e 2025.

Diferenciais de preços líquidos

O valor assumido do Bayu Undan (BU) condensado e do GPL relativo à WTI foi revisto ligeiramente de acordo com os diferenciais médios concretos desde o início do projecto, levando a um aumento modesto do RSE.

Produção

As estimativas de produção baixa do Bayu Undan fornecidas pela Conoco Philips aumentaram para todos os três tipos de produtos. A incerteza em torno dos volumes futuros de produção diminuiu em face das estimativas revistas sobre reservas, levando também em conta a história de produção e os dados recolhidos durante a recente perfuração de desenvolvimento. A estimativa de produção mais alta, avaliada usando a média de preços de petróleo baixos e de referência da EIA, acrescenta 61 milhões de dólares ao RSE.

Preços do GNL

Os preços de contratos de GNL até finais de 2009 já estão definidos, tendo sido reflectidos em grande medida no RSE de 2010. Os preços para 2010 a 2012 estão prestes a ser finalizados e resultaram num aumento modesto relativo aos pressupostos prudentes feitos para a estimativa do RSE de 2010. A diferença entre as estimativas do CJD e da WTI tem sido refinada ligeiramente de acordo com a média concreta histórica desde o início das remessas de GNL.

Levantamentos a partir do Fundo Petrolífero

O levantamento de 512 milhões de dólares em 2009 (o Orçamento para 2010 assumia um levantamento igual ao RSE, no valor de 408 milhões) e o levantamento de 811 milhões planeado para 2010 (em vez do RSE de 502 milhões) reduzem o saldo projectado de abertura do Fundo Petrolífero em 1 de Janeiro de 2011.

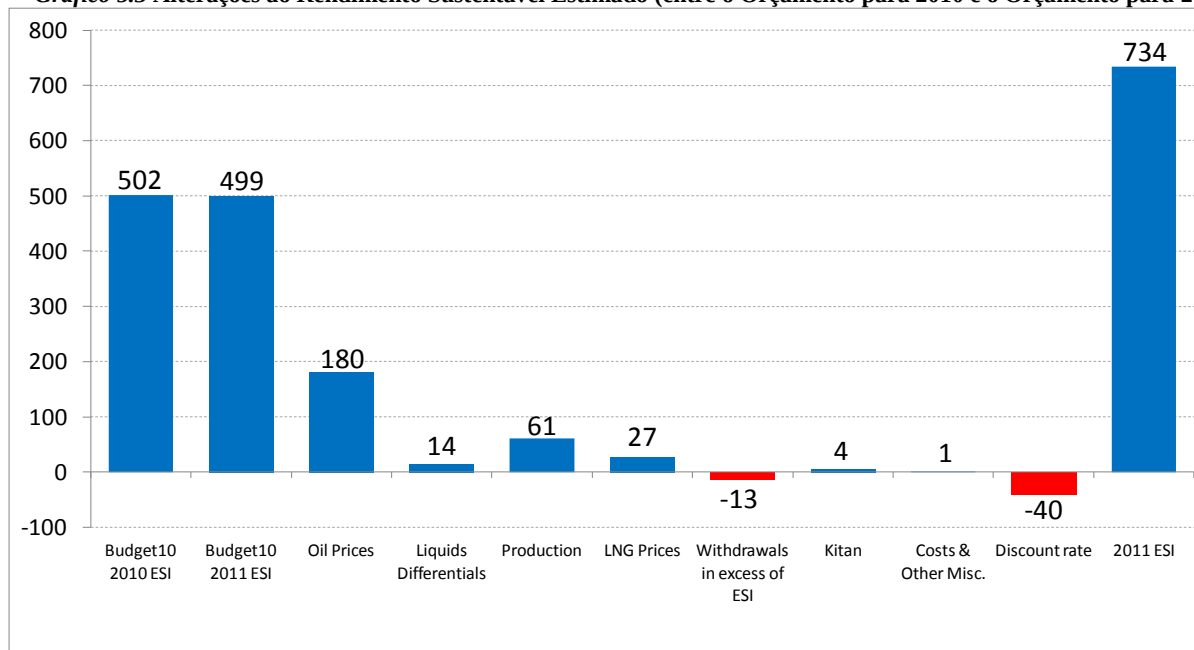
Kitan

O plano de desenvolvimento para Kitan foi aprovado pela Autoridade Nacional de Petróleo (ANP) durante 2010, tendo as receitas estimadas do Kitan sido incluídas no cálculo do RSE. O aumento do RSE em 4 milhões de dólares reflecte o cenário de produção baixa do Kitan.

Taxa de desconto

A taxa de desconto aumentou de 2,6% para 4,0% devido a uma alteração na metodologia. Uma taxa de desconto mais elevada reduz o valor actual das receitas petrolíferas futuras. O Gráfico 5.3 ilustra a magnitude dos vários factores que afectam o RSE.

Gráfico 5.3 Alterações ao Rendimento Sustentável Estimado (entre o Orçamento para 2010 e o Orçamento para 2011)

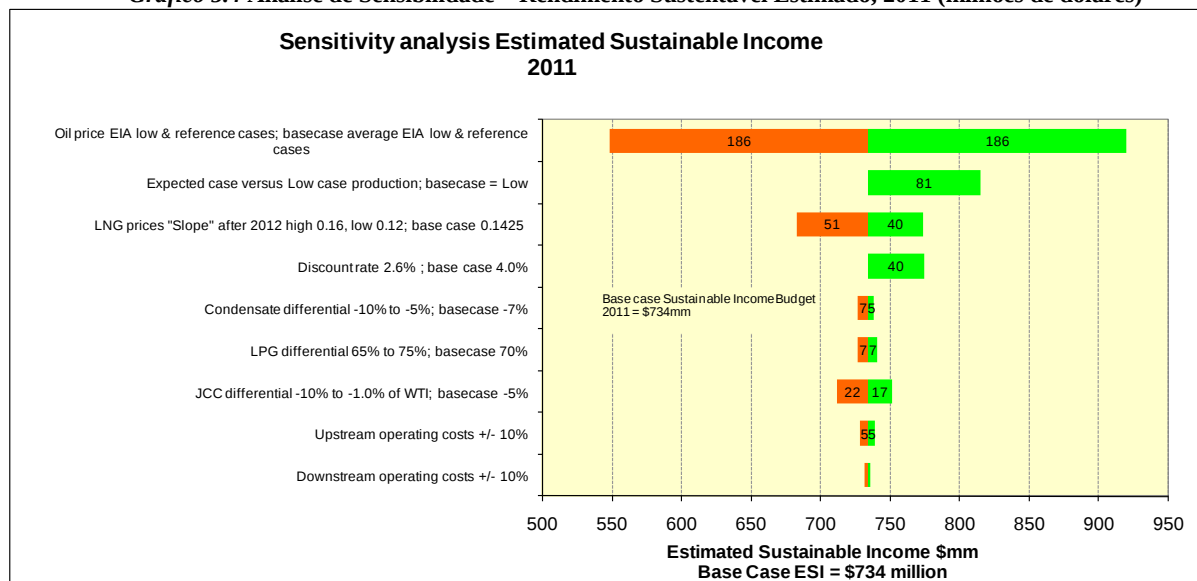


Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

Análise de sensibilidade

Qualquer estimativa de receitas petrolíferas contém uma gama de riscos e de incertezas. O pressuposto mais sensível prende-se com o preço do petróleo, uma vez que basta uma mudança relativamente pequena nos preços pressupostos do petróleo para alterar substancialmente a estimativa das receitas petrolíferas. O Gráfico 5.4 mostra a sensibilidade do RSE a alterações nas variáveis mais relevantes.

Gráfico 5.4 Análise de Sensibilidade – Rendimento Sustentável Estimado, 2011 (milhões de dólares)



Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010.

Parceiros de Desenvolvimento

Os Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste irão fornecer um total de 194,8 milhões de dólares a Timor-Leste em 2011. Isto representa 17% do total do Orçamento de fontes Combinadas, no valor de 1,18 mil milhões.

É esperado que o financiamento dos Parceiros de Desenvolvimento desça significativamente a partir de 2012. As projecções actuais apontam para que as contribuições irão diminuir em 82,2 milhões de dólares (42,2%) entre 2011 e 2012, 47,4 milhões (42,0%) entre 2012 e 2013, e 42,5 milhões (56,5%) entre 2013 e 2014. Estes valores reflectem informações concretas até à data, pelo que não reflectem uma ausência de apoio e compromisso internacional no futuro.

Para mais detalhes, consultar livro 5 dos Parceiros de Desenvolvimento.

PARTE 6. FINANCIAMENTO

Timor-Leste é uma economia em desenvolvimento com rendimentos per capita não petrolíferos de 594,5 dólares. 41% da população vive abaixo do limiar da pobreza, inferior aos 49,9% em 2007. O número de pessoas a entrar no mercado de trabalho continua a crescer a uma taxa superior à da criação de oferta de trabalho nos sectores público e privado. Os desafios em construir uma economia sustentável, absorvendo esta elevada taxa de crescimento de participação da população activa e de redução da pobreza, são imensos. A economia de Timor Leste é principalmente conduzida por investimentos públicos, contudo, para um crescimento a longo termo e sustentabilidade, o investimento privado é crucial. Os pré-requisitos para o investimento privado inclui a estabilidade política e de segurança, infra-estrutura básica, força de trabalho qualificado, taxas de juros atractivas, Leis da terra, Estado de Direito, enquadramento legal, entre outros. Investimento público e reformas de regulação são essenciais para criar tais pré-requisitos.

O Governo está a finalizar o seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional de 2011-2030, que requer um investimento substancial em dois pilares fundamentais como meio de criar condições básicas para tornar Timor-Leste um país atractivo a investimentos privados contribuindo para o crescimento e sustentabilidade do mesmo. Estes dois pilares são a infra-estrutura básica e o capital humano.

O presente ano orçamental assinala o início do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, com uma necessidade imediata de financiamento para tornar viável a sua operacionalização.

As principais fontes de receita de Timor-Leste são as receitas petrolíferas, que são oriundas principalmente de Bayu Undan no mar de Timor. Estas receitas são depositadas no Fundo Petrolífero, dos quais os levantamentos são realizados para financiar o Orçamento do Estado tendo como referência o Rendimento Estimado Sustentável, que é 3% da riqueza petrolífera por ano.

As receitas domésticas e as contribuições dos doadores constituem uma pequena parcela da receita orçamental.

Para lá do que pode ser gasto a partir de recursos orçamentais tradicionais (RSE e Receitas Domésticas), consideráveis montantes devem ser previstos para os primeiros cinco anos do PEDN (2011 a 2015). O Governo está assim a explorar opções em termos de financiamento de investimentos públicos estratégicos através de uma variedade de opções e mecanismos de

ESBOÇO

financiamento. Estas opções de financiamento incluem o levantamento judicioso a partir do Fundo Petrolífero, assegurando a sustentabilidade a longo prazo, acesso a empréstimos concessionais e / ou não concessionais e Parcerias Público-Privadas (PPP).

A partir de 2011 o Governo irá estabelecer dois Fundos Especiais segundo o Artigo 32.º da Lei N.º 13/2009 sobre Orçamento e Gestão Financeira. As finalidades dos fundos são financiar investimentos de capital plurianuais e em grande escala em projectos de infra-estruturas e de desenvolvimento humano. Os fundos especiais serão conhecidos como:

1. Fundo das Infra-estruturas (FI), e
2. Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH).

A criação de Fundos Especiais está contemplada no artigo 32 da Lei do Orçamento e Gestão Financeira. Estes fundo serão financiados através do Orçamento e providenciarão uma mais efectiva e transparente gestão e mecanismos de reporte sobre o uso do dinheiro.

O Governo conforme o número 1 do Artigo 115.º da Constituição, tem competência para estabelecer as regras e normas referentes aos Fundos Especiais. O Orçamento dos fundos carece Autorização parlamentar de acordo com o Artigo 32.º da Lei de Orçamento e Gestão Financeira. O uso do Fundo Especial irá acelerar a implementação do PEDN. O Fundo Especial será gerido por um Conselho de Administração constituído pelo Primeiro Ministro e Ministros relevantes. Um dos benefícios do Fundo Especial é a centralização da tomada de decisão, que irá assegurar a coordenação de projectos entre os ministérios e integra-los no PEDN. Este Coselho de Administração irá priorizar e hierarquizar os projectos, com a responsabilidade de realinhar os projectos para acomodar alterações motivadas por factores externos. Outro benefício do Fundo Especial é de que este poderá disponibilizar uma avenida que permita a participação dos doadores no PED.

A Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) será criada sobre a tutela do Primeiro Ministro e apetrechado de peritos na área técnica para o controlo de qualidade dos projectos submetidos de modo a assegurar as especificações e custos apropriados. A ADN irá igualmente supervisionar e monitorar os projectos, incluindo o relatório trimestral a ser submetido ao Parlamento Nacional através do Conselho de Ministros.

ESBOÇO

A Ministra das Finanças é responsável pela gestão e controlo dos Fundos Especiais de acordo com a Lei do Orçamento e Gestão Financeira . As finalidades dos Fundos Especiais estão incluídas no Artigo 9.º do Orçamento do Estado para 2011.

De acordo com os artigos 20 e 21 da Lei do Orçamento e Gestão Financeira, o Governo tem a base legal para empréstimos.

O principal objectivo dos empréstimos externos é colmatar a lacuna entre as necessidades de desenvolvimento desejadas e os recursos disponíveis a nível doméstico no médio e longo prazo. A Unidade de Gestão da Dívida (UGD) está a ser estabelecida dentro do Ministério das Finanças para assegurar uma gestão eficiente e efectiva da dívida pública.

Timor-Leste não contraiu empréstimos, todavia existem várias opções para Timor-Leste caso decida fazê-lo.

O Governo está a avaliar os benefícios do empréstimo ao invés de depender exclusivamente das receitas do Fundo petrolífero.

O Governo está igualmente a explorar a opção de financiamento através de PPP, de modo a permitir ao governo avançar com a construção de infra-estruturas enquanto partilha o risco com outros intervenientes.

Anexo 1- Cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para 2011

Introdução

De acordo com a Lei do Fundo Petrolífero, o Rendimento Sustentável Estimado (RSE) é o montante máximo que pode ser transferido a partir do Fundo Petrolífero num ano financeiro deixando recursos suficientes para dotar um montante de igual valor real em anos subsequentes. Isto significa que o RSE é um parâmetro de referência que indica o nível sustentável de levantamentos a partir do Fundo Petrolífero que não reduz o valor real da riqueza petrolífera total de Timor-Leste a longo prazo.

A Lei do Fundo Petrolífero requer que todos os pressupostos subjacentes ao cálculo do RSE sejam prudentes, reflectam a melhor prática internacional e sejam assentes em padrões reconhecidos a nível internacional. De presente aproximadamente 2/3 da Riqueza Petrolífera de Timor-Leste incluída no cálculo do RSE continuam debaixo do leito do Mar de Timor, enquanto 1/3 já está no Fundo Petrolífero. As receitas futuras são altamente incertas e estão sujeitas à produção e aos preços do petróleo no futuro.

Para lá disto, actualmente só há um campo em funcionamento, o do Bayu Undan. Existe o risco, ainda que pequeno, de suceder algo no campo do Bayu Undan que cause um atraso no fluxo de receitas para o Estado de Timor-Leste. Este atraso pode durar meses, anos ou até um tempo indefinido, dependendo do que suceda no campo. Os preços do petróleo são também altamente voláteis, e como tal não deve ser posta de parte a possibilidade de os preços do petróleo no futuro ficarem aquém dos previstos nas estimativas usadas para o cálculo do Fundo Petrolífero.

Revisão da metodologia

O Ministério das Finanças (MF) reviu a metodologia usada para o cálculo do RSE e confirmou em termos gerais a abordagem utilizada, com as seguintes excepções.

Política de reconhecimento de activos

A previsão das receitas petrolíferas utilizadas para o RSE inclui projectos com planos de desenvolvimento aprovados e compromissos de investimento firmes por parte da companhia petrolífera. Isto foi reconfirmado como base apropriada para o RSE, sendo que a estimativa inclui receitas do Bayu Undan (BU) e do pequeno projecto Kitan recentemente aprovado. Dada a incerteza considerável e o potencial em termos de atrasos materiais, não são incluídas receitas

ESBOÇO

relativamente ao projecto Sunrise. Embora a exploração continue, neste momento ainda não se registaram mais descobertas petrolíferas significativas na Área Conjunta de Desenvolvimento Petrolífero ou nas áreas exclusivas de Timor-Leste.

Reservas Petrolíferas e Estimativas de Produção

Os operadores, a Conoco Phillips e a Eni, produziram três cenários de produção – “elevada”, “esperada” e baixa”, com base em diferentes pressupostos sobre os recursos petrolíferos totais disponíveis respectivamente nos campos Bayu Undan e Kitan.

O Orçamento do Estado estima a produção com base na estimativa “baixa” dos operadores, a qual reflecte uma probabilidade de 90% de os níveis de produção previstos serem atingidos. Considera-se que isto está de acordo com os requisitos de prudência da Lei do Fundo Petrolífero.

A Conoco Phillips actualiza as estimativas de produção todos os anos, levando em conta novos dados de produção, incluindo resultados das perfurações de desenvolvimento em 2009. Não houve revisões significativas aos planos de projecção subjacentes, todavia à medida que o campo do Bayu Undan atinge a maioria das previsões dos cenários baixo, base e elevado vão convergindo, como reflexo de um nível de incerteza cada vez menor. A principal diferença entre os três cenários de produção está agora na dimensão estimada das reservas totais para produção, que se reflectem em diferentes pontos de interrupção e volumes de produção nos anos finais do campo.

Preços do petróleo

As previsões das receitas petrolíferas do RSE utilizam a West Texas Intermediate (WTI) como o preço petrolífero de referência. Para os cálculos do RSE entre 2007 e 2010 fez-se a previsão da WTI usando a estimativa de cenário baixo de preços do petróleo da Administração de Informações sobre Energia (EIA) fornecida no seu relatório anual, o Panorama Anual de Energia¹⁴. A EIA é uma organização independente que aplica uma metodologia consistente e rigorosa, e a única organização deste tipo a fazer uma estimativa baixa e uma estimativa de referência para preços petrolíferos da WTI.

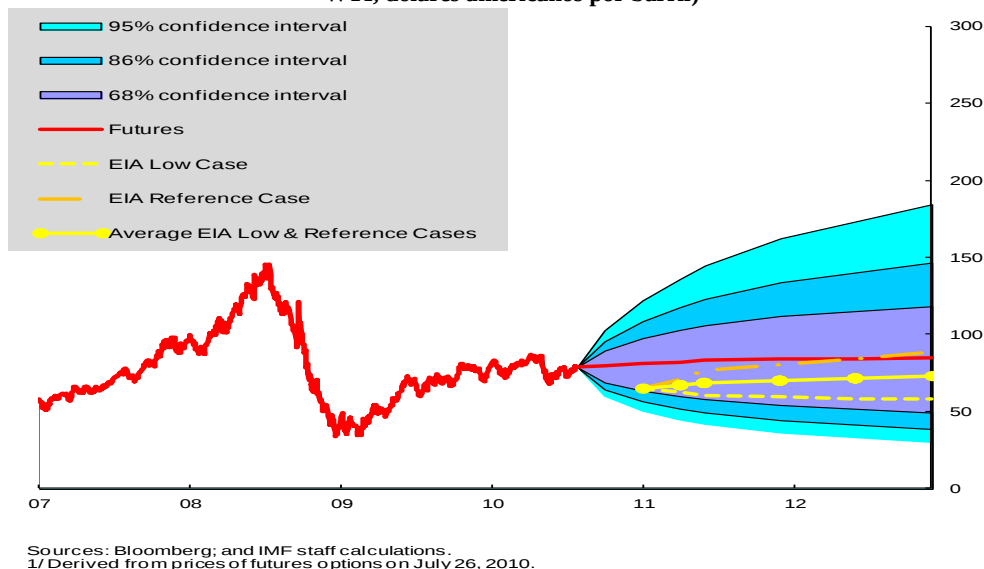
O cálculo do RSE para 2011 usa a média das estimativas baixa e de referência da EIA como preço petrolífero da WTI de referência para o cálculo do RSE. A média dos dois cenários da EIA está

¹⁴ Panorama Anual de Energia 2010: <http://www.eia.doe.gov/oiaf/aeo/index.html>

ESBOÇO

bem dentro do intervalo de confiança de 68 por cento em torno dos preços de futuros médios, e significativamente abaixo da média dos preços de futuros, conforme se pode ver no Gráfico A1.

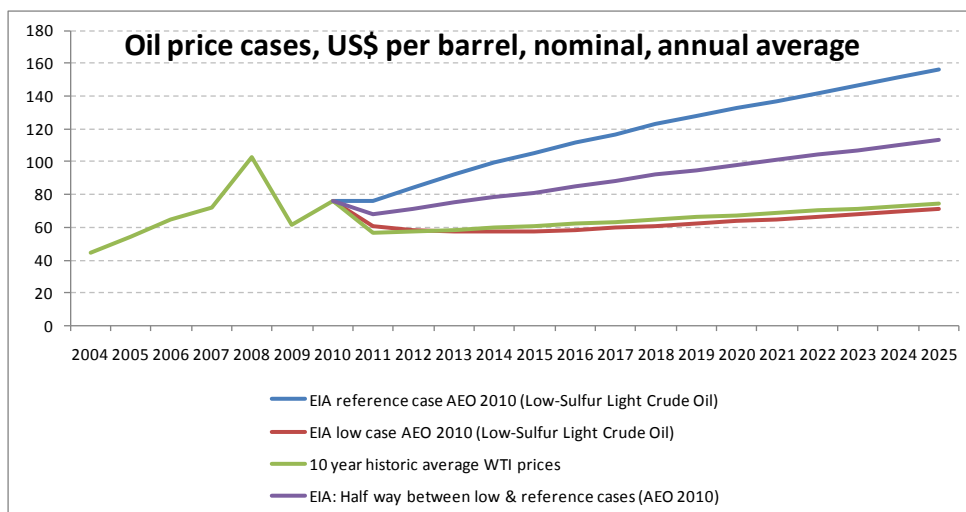
Gráfico A1. Comparação das Estimativas do Preço do Petróleo da EIA com os Preços do Mercado de Futuros (preços da WTI, dólares americanos por barril)



Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010

De igual modo, a média dos cenários baixo e de referência da EIA é significativamente inferior ao cenário de referência da EIA, sendo que a diferença entre as duas projecções aumenta com o horizonte temporal. O Gráfico A2 mostra o cenário baixo, o cenário de referência e a média entre o cenário baixo e o cenário de referência da EIA, juntamente com os preços médios históricos da WTI.

**Gráfico
Previsões
Média
10 anos
da WTI,**



**A2.
da EIA e 10
Histórica a
dos Preços
2004 a 2025**

ESBOÇO

Fonte: Direcção do Fundo Petrolífero, Ministério das Finanças, 2010.

Há muitas instituições a fazerem previsões de preços petrolíferos, porém a EIA é a única que o Ministério das Finanças conhece que apresenta um cenário de preços baixos e um cenário de preços de referência. Tal como se pode ver na Tabela A1, a projecção de preços do petróleo utilizada no cálculo do RSE é consideravelmente inferior à maior parte das outras estimativas sobre preços do petróleo feitas por outras instituições.

Tabela A1. Previsões de Preços Petrolíferos Mundiais, 2015 a 2025

<i>World Oil price forecasts, USD/barrel, real 2008 USD</i>	2015	2020	2025
INFORUM	92.5	108.0	109.7
DB	93.2	105.5	114.7
IHSGI	85.1	81.9	74.9
IEA		100.0	115.0
EVA	80.4	84.5	91.0
SEER (Business-as-usual)	79.2	74.3	69.7
SEER (Multi-Dimensional)	99.0	101.5	105.8
EIA Reference Case	94.5	108.3	115.1
EIA: Half way between low & reference	73.6	80.4	84.4
EIA Low Price Case	51.6	51.9	51.7

Source: AEO 2010, EIA

O Orçamento para 2010 prevê que o preço do petróleo para a WTI será de 62 dólares por barril em 2010. Durante os sete meses até final de Julho de 2010, a média dos preços de cotação à vista da WTI foi de 78,1 dólares por barril¹⁵. Para os cinco meses restantes de 2010, é esperado que a média dos preços corresponda à estimativa mais recente da EIA para a WTI em 2010, ou seja 72,4 dólares por barril. O preço médio ponderado em 2010 é assim de 75,7 dólares por barril, sendo as previsões para 2011 e 2012 de 68 e 71 dólares por barril, respectivamente.

Taxa de desconto

A Lei do Fundo Petrolífero estipula que a taxa de desconto utilizada para calcular o valor actual do fluxo de dinheiro futuro a partir do sector petrolífero seja a média do rendimento nominal de um título do Governo dos EUA ao longo dos anos em que se esperam receitas do Fundo Petrolífero.

¹⁵ Fonte: Preços diários de cotação à vista da WTI da Administração de Informações sobre Energia (EIA) (http://tonto.eia.doe.gov/dnav/pet/pet_pri_spt_s1_d.htm)

ESBOÇO

O RSE anterior utilizou uma única observação dos rendimentos de títulos do Governo dos EUA próximos da data do cálculo do RSE, ponderados simplesmente de acordo com a proporção das previsões de receitas petrolíferas a ocorrer contra cada período de maturação. O afrouxamento sem precedentes da política monetária dos EUA no seguimento da crise financeira global resultou em rendimentos de títulos invulgarmente baixos, com reflexo numa taxa de desconto de 2,6% para o RSE de 2010. A metodologia foi revista de forma a utilizar (1) a média histórica a 10 anos dos rendimentos de títulos para cada data de maturidade; e (2) um cálculo refinado da taxa de desconto média. Isto resulta numa taxa de desconto de 4,0 por cento para o RSE de 2011.

Outros pressupostos

Os preços realizados concretos do condensado e do gás petrolífero liquefeito (GPL) referentes à WTI foram revistos, com o diferencial da estimativa a ser consistente com a média dos diferenciais de percentagem concretos desde o início das remessas em 2004.

Os preços do gás natural liquefeito (GNL) para 2010-2012 são previstos utilizando a fórmula de preços provisória negociada entre a Darwin LNG e compradores de GNL japoneses. A partir de 2013 será usada uma estimativa prudente já realizada para preços do GNL a longo prazo relativos aos preços do petróleo, levando em conta o parecer da Poten & Partners (consultores da ANP sobre GNL). O diferencial de percentagem entre a WTI e o CJD¹⁶ está previsto de forma consistente com a média concreta histórica.

Os custos operacionais e de capital na estimativa do operador são consistentes com a produção do cenário base. O parecer dos operadores é de que os custos não serão muito diferentes dos relativos ao cenário de produção baixa, pelo que é prudente usar os custos do cenário base sem necessidade de ajuste.

Certificação do cálculo do RSE

De acordo com o Artigo 8.º da Lei do Fundo Petrolífero não podem ser feitas transferências a partir do Fundo Petrolífero num dado Ano Fiscal sem que o Governo forneça primeiro ao Parlamento Nacional relatórios:

¹⁶ Crude Japonês Desembargado, índice de preços de todo o petróleo importado pelo Japão, reportado pelo Ministério das Finanças japonês.

ESBOÇO

- a) que especifiquem o Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal em que a transferência terá lugar;
- b) que especifiquem o Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Fiscal anterior; e
- c) do Auditor Independente certificando o montante do Rendimento Sustentável Estimado segundo as alíneas a) e b) acima.

Os relatórios são apensos como Anexo 3 e Anexo 4.

ESBOÇO

Anexo 2 – Lei do Orçamento Geral do Estado para 2011

ESBOÇO

ANEXO 3 – Transferências a Partir do Fundo Petrolífero

Exmo. Sr. Kay Rala Xanana Gusmão
Primeiro-Ministro
República Democrática de Timor-Leste

Exmo. Sr. Primeiro-Ministro,

ASSUNTO: REQUISITO PARA TRANSFERÊNCIAS A PARTIR DO FUNDO PETROLÍFERO

Este relatório é fornecido de acordo com as alíneas (a) e (b) da Lei do Fundo Petrolífero.

O Rendimento Sustentável Estimado é calculado segundo as provisões delineadas no Anexo 1 da Lei do Fundo Petrolífero.

Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Financeiro de 2011	Montante (dólares americanos) 734 milhões
Rendimento Sustentável Estimado para o Ano Financeiro Anterior (2010)	Montante (dólares americanos) 502 milhões

O Orçamento para 2011 inclui em anexo uma análise da metodologia em que se baseiam os cálculos do Rendimento Sustentável Estimado.

De acordo com a alínea (c) da Lei do Fundo Petrolífero, o Auditor Independente deverá certificar o montante do Rendimento Sustentável Estimado. O relatório de certificação segue em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Emília Pires
Ministra das Finanças

ANEXO 4 – Relatório da Deloitte



Deloitte Touche Tohmatsu
ABN 74 490 121 060

Fifth Floor
62 Cavenagh Street
Darwin NT 0800
GPO Box 4296
Darwin NT 0801 Australia

Tel: +61 (0) 8 8980 3000
Fax: +61 (0) 8 8980 3001
www.deloitte.com.au

**RELATÓRIO DO AUDITOR
PARA O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

Auditámos o Cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o Fundo de Petróleo de Timor-Leste para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 para fins do Ano Fiscal 2011 Orçamento ("Cálculo"). É da responsabilidade do Governo de Timor-Leste a preparação do Cálculo. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre se o Cálculo foi efectuado em conformidade com o Artigo 8º e com o Mapa 1 da Legislação do Fundo de Petróleo da República Democrática de Timor-Leste ("Legislação").

A auditoria a que procedemos foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria aplicáveis à auditoria de conformidade. Essas normas exigem que planeemos e levemos a efeito a auditoria de forma a obter garantia razoável de fiabilidade sobre se o Cálculo foi efectuado em conformidade com a Legislação. Uma auditoria inclui examinar, numa base de teste, a prova apropriada. Cremos que a nossa auditoria proporciona uma base razoável para a nossa opinião.

Em nossa opinião, o Cálculo do Rendimento Sustentável Estimado para o Fundo de Petróleo de Timor-Leste para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 para fins do Ano Fiscal 2011 Orçamento, cujo montante apurado pelo Governo de Timor-Leste ascendeu a \$734 milhões, conforme descrito no Anexo A ao presente relatório, foi efectuado, em todos os aspectos materiais, em conformidade com o Artigo 8º e com o Mapa 1 da Legislação do Fundo de Petróleo da República Democrática de Timor-Leste.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Chartered Accountants
Darwin, 20 de Outubro de 2010

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Liability Limited for a scheme approved under Australian Professional Standards Legislation